

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**INSTITUTO DE HISTÓRIA
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUIZ CARLOS DO PRADO FILHO

**DA FAMÍLIA BANDEIRANTE AO PAULISTA DEGENERADO: O
BANDEIRISMO NA HISTÓRIA PAULISTA**

UBERLÂNDIA-MG

2016

LUIZ CARLOS DO PRADO FILHO

**DA FAMÍLIA BANDEIRANTE AO PAULISTA DEGENERADO: O
BANDEIRISMO NA HISTÓRIA PAULISTA**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de História – Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl.

UBERLÂNDIA-MG

2016

**DA FAMÍLIA BANDEIRANTE AO PAULISTA DEGENERADO:
O BANDEIRISMO NA HISTÓRIA PAULISTA**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de História –
Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof.
Dr. Marcelo Lapuente Mahl.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl
(Orientador)

Prof.^a Dra. Raquel Discini de Campos

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a obra de três autores a respeito do bandeirismo e da importância deste processo na sociedade paulista. Para isso, realizaremos uma explanação do momento e como surgiram as primeiras obras sobre o bandeirismo, tarefa que requereu uma digressão aos séculos XVII e especialmente XVIII, quando os contornos básicos acerca do sertanista são traçados. O foco da presente monografia são três autores do século XX: Alfredo Ellis Jr, Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda. Assim, mostraremos o panorama da época (primeira metade do século XX), no qual a respeito da história paulista, imperava a “construção do símbolo bandeirante” e realizaremos uma análise expondo as características, semelhanças e diferenças de cada obra selecionada.

Palavras-Chave: Bandeirismo, Símbolo, Sociedade Paulista, Alfredo Ellis Junior, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	06
CAPÍTULO I – O SÍMBOLO BANDEIRANTE AO LONGO DO TEMPO.....	08
A construção do símbolo bandeirante: os contornos iniciais.....	08
O auge econômico-político paulista e a consagração do símbolo bandeirante.....	12
As manipulações finais do símbolo: a revolução de 1932 e o Estado Novo.....	15
CAPÍTULO II – A ABORDAGEM DE ALFREDO ELLIS JR.....	19
A formação do paulista.....	19
A evolução do paulista.....	24
CAPÍTULO III – A ABORDAGEM DE PAULO PRADO.....	30
Aspectos gerais e a formação do paulista.....	30
O auge e a decadência do paulista.....	33
CAPÍTULO IV – A ABORGAGEM DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.....	39
O movimento e a fronteira.....	39
A família bandeirante.....	43
CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS.....	50

APRESENTAÇÃO

O bandeirante foi uma figura muito utilizada pela sociedade paulista na primeira metade do século passado, e como eco daquele período, ainda podemos constatar os diversos monumentos existentes na cidade de São Paulo, que com grande envergadura, refletem a imagem projetada por vários intelectuais do período. Buscando compreender esta produção histórica a respeito do bandeirismo, reservamos o primeiro capítulo desta monografia para discutir a relação entre o heroísmo atribuído ao bandeirante e as necessidades do momento em que tal qualidade foi atribuída ao sertanista.

Nas duas primeiras partes do capítulo, abarcaremos quando os sertanistas passam a ser valorizados historicamente e o momento em que qualidades heróicas são atribuídas aos mesmos, bem como os motivos que levaram a isso. Na parte restante, exporemos sobre a produção deste símbolo nas décadas iniciais do século XX, e do contexto de produção, no qual a construção simbólica do bandeirante e o estado de São Paulo alcançam o auge. Neste sentido, será interessante notar que este símbolo fortemente definido perderá força a partir do momento em que São Paulo se enfraquece politicamente e o saber histórico antes reservado aos institutos estaduais e ao brasileiro começa a ser suplantado pela profissionalização nas universidades.

Nos três capítulos finais, analisaremos uma obra de cada autor selecionado, expondo a visão presente nas obras acerca da formação do paulista, o bandeirismo e a decadência das bandeiras. Assim, adiantamos que é em relação à decadência do bandeirismo, que as obras projetam a personalidade do paulista atual no momento em que foram escritas. Prevaecem na perspectiva dos autores diferentes acepções, principalmente sobre o fim do bandeirismo, que vão desde um processo necessário rumo ao progresso à total degeneração do paulista.

Para Alfredo Ellis Jr, o final do heróico período do bandeirismo, foi uma etapa necessária para a evolução do paulista. Inicia-se a superação do comunitarismo, possibilitando com o advento do particularismo, o sucesso da lavoura cafeeira. Apesar deste processo significar o atrofiamiento da belicosidade e do espírito de independência, qualidades tão presentes no séculos iniciais da colonização do planalto, a perspectiva do autor é otimista, pois o ânimo forte e a resignação sempre acompanharam os paulistas e também se encontram fortemente presentes no momento atual. A confiança em um futuro ainda mais glorioso que o momento presente é total, pois o autor acredita em uma possível retomada da personalidade guerreira e independente. Chega a afirmar que a revolução de 1932 foi um prenúncio disso.

Em uma análise totalmente oposta e profundamente pessimista, Paulo da Silva Prado, considera o fim do bandeirismo não apenas como o término de uma etapa, mas sim como a perda definitiva e irreparável da mais importante característica dos paulistas, que é o espírito de liberdade e insubmissão. Para o autor, o término do bandeirismo, vem acompanhado de melhorias nos caminhos da capitania e maior contato e domínio da administração portuguesa na região, assim, o planalto começa a receber maiores migrantes e imigrantes, fatores que contribuíram para a extinção da velha raça bandeirante. Tais transformações acentuaram-se com o sucesso da cultura cafeeira no estado, e apesar de todo desenvolvimento e preponderância econômica alcançada, o sentimento do autor é de tristeza, pois a moral dos paulistas se encontra em linha oposta ao desenvolvimento econômico.

Temos na obra *Caminhos e Fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda, a valorização da cultura indígena como elemento necessário para a colonização do planalto e a expansão territorial, marca indelével do paulista, considerado nos séculos iniciais um colonizador com características e costumes mais próximos do indígena que do europeu. Assim, teria o bandeirante andado descalço e usado arco e flecha em suas empreitadas. A decadência das bandeiras abre espaço em outras ocupações para o paulista, que exerce sua mobilidade e força expansiva através do tropeirismo e monções, processos nos quais se inicia a superação da influência indígena, etapa necessária para o advento da cultura cafeeira no século XIX.

CAPÍTULO I

O SÍMBOLO BANDEIRANTE AO LONGO DO TEMPO

A construção do símbolo bandeirante: os contornos iniciais

Analisando o longínquo século XVII, considerado o período áureo do bandeirismo, constata-se a total carência de documentos dos sertanistas paulistas em relação às suas expedições. Alguns estudiosos do assunto atribuem a escassez de documentos a fatores como a rusticidade existente no planalto daquela época e ao aspecto particular das expedições muitas vezes ilegais.¹ A ocupação principal dos paulistas naquele século, sem sombra de dúvida, foi a agricultura, sendo a necessidade de escravos fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento.

Sobre os escritos de sertanistas, podemos dizer que a documentação do século XVII é rica em cartas dos mesmos às autoridades lusitanas, expondo a necessidade de ir ao sertão em busca de indígenas. Também estão presentes os ataques aos jesuítas, vistos pelos paulistas como manipuladores e com ambições monopolizadoras acerca da mão de obra indígena.² Na batalha contra os religiosos pela mão de obra indígena, os paulistas chegaram a atacar as missões jesuíticas localizadas em território espanhol.

Sobre essa contenda, os religiosos produziram uma vasta biografia visando difamar os seus rivais. O objetivo principal era que os mesmos fossem vistos como selvagens e ferozes, já os indígenas e principalmente os jesuítas, eram as vítimas, sendo os últimos dotados de boas intenções. Ainda no século seguinte, outros religiosos seguiram essas obras, sendo muito forte a crítica à origem mestiça de muitos paulistas. Teria a forte miscigenação provocado, nos dizeres de Charlevoix (padre jesuíta), uma geração perversa.³

É somente no século XVIII que surgem os primeiros documentos atribuindo importância ao bandeirismo. Não há nestes documentos nenhuma tentativa de glorificação. O objetivo é descrever caminhos percorridos e descobertas auríferas. Nesta perspectiva, são fundamentais os documentos publicados pelo historiador paulista Taunay⁴, compostos essencialmente de relatos e memórias sobre as bandeiras que visavam à descoberta de minerais preciosos.

¹ ABUD, Kátia. **O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições** (A Construção de Um Símbolo Paulista: O Bandeirante). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1985. p. 15-16.

² Ibidem; p. 25.

³ Ibidem; p. 92.

⁴ Ibidem; p. 57.

Em muitos destes documentos, percebe-se claramente a tentativa de garantir aos paulistas a posse das minas descobertas. Durante o período de apresamento, a posse territorial das longínquas regiões devastadas não apresentava serventia, pois o objetivo eram os indígenas que nela habitavam. Já no período minerador, a região da futura Minas Gerais, é alvo migratório de inúmeras pessoas de diferentes capitânias e também de europeus, todos em busca de rápido enriquecimento. Surge neste momento, o uso da figura do sertanista e seus feitos, visando enfrentar os problemas do presente e, como veremos nas próximas páginas, esse fator também norteou dois séculos depois a produção histórica a respeito do bandeirismo:

Nos relatos do século XVIII é possível encontrar, até com facilidade a História militante de que fala Marc Ferro. A história construída para garantir a um grupo a legitimação do poder. Escritos por uma necessidade do seu presente, os relatos recorreram a um passado recente para responder às necessidades impostas pela sua realidade presente. Necessidades e questões que não se impuseram quando das questões referentes aos indígenas, mas que se fizeram prementes, nos momentos em que se disputavam, entre colonos e reinóis, as riquezas da terra.⁵

É somente no final do século XVIII, que o bandeirismo passa a ocupar uma posição centralizada na história paulista. A isto se deve a produção de dois autores contemporâneos e descendentes dos primeiros povoadores da capitania. As obras de Pedro Taques de Almeida Paes e Gaspar Teixeira de Azevedo (Frei Gaspar da Madre de Deus)⁶ representam o início de uma produção histórica na qual bandeirismo e São Paulo se encontram fortemente arraigados. Ambos serão fundamentais para os autores do século XX, e de forma especial o último citado, ao incorporar na temática um tema indispensável na historiografia paulista do século XX: a miscigenação com o indígena.

Ambos os autores buscam a nobilitação dos paulistas através dos sertanistas, na qual os paulistas possuíam os seguintes contornos básicos: liderança nas expedições que exploravam os sertões em busca de índios, minerais preciosos e no combate a estrangeiros e escravos rebeldes.⁷ Como aspecto central na obra de Taques, podemos acrescentar o extremo cuidado em situar os bandeirantes como nobres (já vindos de Portugal com títulos), grandes proprietários de terras e escravos, ocupantes dos principais cargos na capitania e totalmente mantenedores do sangue puro de linhagem nobre europeia.

⁵ ABUD, Kátia. **O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições** (A Construção de Um Símbolo Paulista: O Bandeirante). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1985. p. 60.

⁶ Ibidem; p. 67-68.

⁷ Ibidem; p. 77.

Já Frei Gaspar nobilita os paulistas, principalmente, através do alargamento das fronteiras coloniais. É atribuído enfoque especial às qualidades militares e conquistas territoriais. Outro aspecto a destacar é a mestiçagem que aparece na obra como fator positivo e agregador. Neste sentido, os mamelucos, indivíduos gerados do cruzamento entre portugueses e indígenas, são descritos como mais bem adaptados ao meio e capazes de grandes feitos:

Eram os mamelucos os melhores soldados dos exércitos assoladores das missões; eles muitas vezes foram os chefes das tropas conquistadoras e por eles mandavam seus pais atacar os índios bravos, por conhecerem a suficiência desses filhos bastardos, criados na guerra e acostumados ao trabalho, e por isso mais robustos e mais aptos do que os brancos para suportarem os incômodos dos sertões.⁸

Após passarmos sinteticamente pelos pontos principais desses pioneiros autores, poderemos agora analisar o contexto no qual surgiram suas obras, visando compreender alguns motivos que levaram à valorização e nobilitação dos sertanistas naquele momento. Como já vimos inicialmente, “a primeira vez” que estes passam a ser valorizados historicamente, é após a descoberta das minas, quando estrangeiros, e em especial portugueses migram à região da futura Minas Gerais também em busca de enriquecimento.

Já o momento histórico, no qual os dois autores citados escreveram suas obras, representa a perda de poder e influência dos proprietários de terras e descendentes dos antigos sertanistas. A partir da segunda metade do século XVIII, especialmente após 1765, juntamente com a decadência da exploração aurífera, há uma renovação econômica de São Paulo. Através da agricultura, São Paulo torna-se um centro comercial responsável por abastecer boa parte da colônia e também por enviar seus produtos ao exterior. Assim, a produção de alimentos e a localização estratégica de São Paulo fomentaram o aumento desta prática comercial, fator responsável pelo afluxo de grande número de portugueses que se dedicavam ao comércio, tanto de exportação quanto de loja aberta.⁹

Com o enriquecimento, esses forasteiros passam a deter a maioria dos principais cargos considerados nobres na Câmara Municipal, nas Milícias e na Administração, cargos tradicionalmente ocupados pelos componentes das antigas famílias paulistas.¹⁰ Portanto, o final do século XVIII (momento em que esses autores escreveram suas obras), representou a perda

⁸ ABUD, Kátia. **O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições** (A Construção de Um Símbolo Paulista: O Bandeirante). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1985. p. 93.

⁹ Ibidem; p. 63-64.

¹⁰ Ibidem; p. 65.

de poder dos descendentes dos primeiros povoadores da capitania vicentina, fator que se iniciou com a descoberta das minas e o fomento do comércio, que se acentuou após a segunda metade do século:

Os antigos proprietários de terra, descendentes dos sertanistas, passaram a ocupar um lugar secundário na sociedade, a partir do momento em que o comércio passou a ter singular importância na cidade. Passaram também a perceber que os cargos e funções que tinham como privilégio e seu próprio poder ia sendo contestado, de forma quase imperceptível, pelos recém-chegados comerciantes portugueses.¹¹

Desta forma, Taques e Gaspar, dois historiadores descendentes dos primeiros povoadores da capitania vicentina, ao escreverem suas obras, estavam defendendo os direitos dos descendentes dos antigos povoadores que, naquele momento, com o advento dos comerciantes passavam a perder os principais cargos e influência regional. O primeiro historiador, ao enfatizar a origem nobre dos antigos povoadores, e o segundo, ao valorizar o mameluco expansionista, que muitas terras havia conquistado à coroa portuguesa, pretendiam criar uma tradição na qual as famílias dos comerciantes e recém-chegados não pudessem se apoiar:

Ao traçar a imagem do habitante de São Paulo, os historiadores de século XVIII, respondiam a um problema que lhes era colocado pela realidade em que viviam, e sua resposta foi, não o esboço, mas o traçado firme da figura do sertanista, sobre a qual poderiam recair as qualidades exigidas para alguém ser, naquela época considerado nobre. A figura foi traçada em oposição aos portugueses recém-chegados, que como membros da plebe e da burguesia em Portugal, não tinham ainda podido construir o pedestal onde apoiar sua pretensão de elevação no quadro social, a não ser pelo acúmulo de fortuna.¹²

Durante a maior parte do século XIX, o tema bandeirismo e as obras de Taques e Frei Gaspar foram “esquecidos”. A esse fator se devem uma série de mudanças políticas e culturais ocorridas na capitania, depois província e no país. Primeiramente, os imigrantes, geralmente portugueses e que se dedicavam ao comércio, ocuparam a dianteira de poder político e econômico em São Paulo, também investindo em terras, e, através de casamentos destes com membros das antigas famílias, as rivalidades diminuem, havendo uma nova composição na sociedade paulista.¹³ Com a independência e os esforços iniciais para a criação da nação, os estudos históricos passam a valorizar aspectos oficiais da administração e

¹¹ABUD, Kátia. **O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições** (A Construção de Um Símbolo Paulista: O Bandeirante). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1985. p. 67.

¹² Ibidem; p. 98.

¹³ Ibidem; p. 65.

política colonial, contribuindo para o pouco interesse pelas bandeiras paulistas.

Portanto, como vimos, os sertanistas passam a ser citados após as descobertas auríferas, que provocaram um grande afluxo de pessoas tanto da colônia quanto da Europa. Surge nesse panorama a necessidade de defender a supremacia sobre as descobertas, e os relatos e memórias atuaram nesse sentido. É, no final do século XVIII, que acontece uma produção histórica consistente acerca destes antigos paulistas, “respondendo” mais uma vez a um grande problema pelo qual passava a sociedade paulista e sobretudo as antigas e tradicionais famílias, das quais os dois autores do período eram integrantes. Como veremos adiante, a valente figura esboçada ficará adormecida por mais um século para depois, juntamente com São Paulo, erupcionar, atingindo o auge de sua produção.

O auge econômico-político paulista e a consagração do símbolo bandeirante

A partir da segunda metade do século XIX, a província de São Paulo inicia um novo marco em sua história. É, com o desenvolvimento da cultura cafeeira, a expansão da linha férrea e a exploração de novas áreas representadas nos mapas como sertão desconhecido, que São Paulo alcança o auge econômico. A cidade de São Paulo se torna um centro aglutinador recebendo muitos membros da elite paulista que até então viviam no campo.¹⁴

O sucesso na lavoura propiciou uma efervescência da economia paulista: o aumento das importações de produtos europeus, o desenvolvimento do comércio interno, abertura de bancos, escritórios comerciais, manufaturas, algumas fábricas têxteis e a urbanização maciça da capital. Com a Proclamação da República, passado curto momento de instabilidade política, a elite paulista se sobressai no controle da máquina pública federal.¹⁵

Em relação ao processo da Proclamação da República, ocupou a elite paulista, aglutinada no PRP (Partido Republicano Paulista), papel fundamental na desintegração¹⁶ do Império. Como objetivo principal em seus projetos, tinha o partido, a proposta de federação como novo sistema de organização do país, no qual o centralismo do Império seria substituído pela descentralização do poder, adquirindo as províncias, que depois passaram a serem denominadas de estados, maior autonomia tanto política como econômica.

¹⁴ MAHL, Marcelo Lapuente. **Teorias Raciais e Interpretação Histórica**: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). Tese de Mestrado. Assis: UNESP, 2001. p. 15.

¹⁵ FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopeia Bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 30-31.

¹⁶ ABUD, Kátia. **O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições** (A Construção de Um Símbolo Paulista: O Bandeirante). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1985. p. 126.

Prevalecia o sentimento de injustiça e exclusão na elite paulista. O desenvolvimento cafeeiro na província a partir da segunda metade do século XIX elevava São Paulo como a província com o maior dinamismo econômico do Brasil. Líder na exportação do mais importante produto brasileiro naquele período: o café. Porém, São Paulo contava com pouca influência política no Império, tanto no legislativo como no executivo.¹⁷

A primeira Constituição Republicana Brasileira (1891), pautada em ideais federalistas, garantiu que rendas administradas anteriormente pelo poder central passassem à alçada dos estados. Ocupou destaque preponderante nestas mudanças, os impostos sobre a exportação, que se tornaram exclusividade dos estados. Nesse contexto, os estados com maior estrutura e capacidade de exportação, tornaram-se defensores do federalismo, entre os quais destacamos São Paulo e em menor grau Minas Gerais e Rio de Janeiro.¹⁸ Assim, o novo regime adotado, acabou por aumentar as desigualdades internas e fortalecer política e economicamente os estados mais desenvolvidos.

Com destaque político e econômico em âmbito nacional, a elite paulista precisava reverter a fraca atuação no panorama cultural. Durante todo o século XIX, a imagem de São Paulo perante o resto de país respaldava-se em diários e descrições do início do século, escritos por viajantes e estudantes de outras regiões e países. Apesar do progresso proporcionado pelo café a partir do último quarto de século, a capital paulista ainda era vista como retrógrada, de habitantes vulgares e violentos. A partir do início do próximo século, essa imagem obscura se transformará a partir do trabalho de vários intelectuais relacionados ao alto círculo social paulistano:

Nos compêndios de história pátria, São Paulo aparecia, apenas, como um ponto de passagem, pouco mais que uma boca de sertão, em contraste com o Rio de Janeiro, ao qual era dado um papel decisivo na vida nacional, e com a Bahia, considerada berço da cultura brasileira. Os heróis paulistas ainda não figuravam nas narrativas históricas nacionalistas: eles viriam num futuro próximo, como resultado de uma construção textual que apenas se iniciava.¹⁹

No fim do século XIX, grupos sociais ligados à elite política, econômica e intelectual do estado desempenharam um profundo esforço na criação de uma tradição regional que

¹⁷ ABUD, Kátia. **O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições** (A Construção de Um Símbolo Paulista: O Bandeirante). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1985. p.123.

¹⁸ CARVALHO, Maria Lúcia Leitão de; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. Rio Grande do Sul e São Paulo no federalismo fiscal brasileiro da Primeira República. **Ensaios FEE**, v. 21 n. 1, 2000. p. 9. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/issue/view/107>.

¹⁹ FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopeia Bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 34.

colocasse os paulistas em evidência nacional. Para esta missão, diversos letrados buscaram nos sertanistas dos séculos XVII e XVIII, o enredo para a construção do símbolo bandeirante. O objetivo era estabelecer elos entre os paulistas do passado e do presente, e a liderança de ambos nos destinos da nação, de forma a consolidar a posição hegemônica da elite paulista daquele momento:

É certo que a intelectualidade do Instituto aceitava a existência da chamada raça paulista, que seria fruto da mistura entre o branco europeu e o índio brasileiro, os quais ao se fundirem teriam formado, com a influência do meio ambiente, um tipo racial novo, o bandeirante. Obviamente, parte da elite representada nos quadros associativos do Instituto Paulista procurava vincular-se genealogicamente aos antigos bandeirantes, a quem atribuíam características de coragem, força e liderança. Esta imagem, por sua vez, ajudou a consolidar um papel de liderança política dos paulistas durante a Primeira República.²⁰

Essa construção teve como centro principal o IHGSP (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo), fundado em 1894. Desde a sua fundação, podemos constatar um intenso vínculo com grandes empresas, famílias enriquecidas e o poder público estadual e municipal, todos responsáveis por doações e auxílios que garantiam o funcionamento da instituição²¹. O ingresso nesta agremiação se dava a partir das relações sociais, e o seu caráter era altamente elitista. Seus frequentadores eram governantes, políticos, proprietários de terras, empresários, burocratas, militares e profissionais liberais como engenheiros e advogados:

O IHGSP era uma instituição formada basicamente por membros da elite econômica e política de São Paulo. Assim, a produção da agremiação estava muito vinculada aos interesses desta elite, não se podendo negar o compromisso da maioria dos sócios com os ideais republicanos [...] Não é mera coincidência que os trabalhos no Instituto tenham início pouco antes do primeiro governo civil da República, exercido por Prudente de Moraes (presidente honorário do instituto).²²

Voltando à construção do símbolo bandeirante, podemos dizer que, buscou-se no século XVI, a formação da raça paulista, fruto da miscigenação entre o europeu, especialmente o português, e o indígena. Inicialmente houve debates acerca de qual grupo indígena teria contribuído nessa formação. Preponderaram entre os sócios do IHGSP, os guaianases, tidos como pacíficos e amigáveis ante a presença dos colonos, e puros racialmente:

²⁰ MAHL, Marcelo Lapuente. **Teorias Raciais e Interpretação Histórica: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)**. Tese de Mestrado. Assis: UNESP, 2001. p. 110.

²¹ FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopeia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 97-98.

²² MAHL, op. cit; p. 23.

A crença do Guayana como base da árvore genealógica do bandeirante consolidou uma ideia a respeito da constituição da raça paulista. Assim, a união do português (apresentado como o branco arrojado e destemido, respaldado pela superioridade conferida a ele pelo pensamento racial), com o indígena (visto como manso, servil, hospitaleiro e puro racialmente), fundamentou a base étnica para a construção do homem bandeirante. Esse novo homem, que havia deixado seus descendentes no interior da elite paulista na virada do século XIX, justificava racialmente, culturalmente e politicamente o papel de hegemonia do estado de São Paulo na federação.²³

Em relação ao momento em que a produção histórica que glorificava os sertanistas paulistas foi produzida, a tese *Teorias Raciais e Interpretação Histórica: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*, de Marcelo Lapuente Mahl, nos alerta para além do engrandecimento político e econômico paulista. Estava em voga na época, o pensamento racial vindo da Europa, que sempre enxergava de forma negativa a mistura entre raças. Portanto, para que a figura do bandeirante, modelo para muitos paulistas, estivesse em consonância com os valores positivos que se pretendia imprimir, a miscigenação entre diferentes raças e nesta circunstância com os indígenas guaianases seria um exemplo de que o cruzamento racial poderia ser positivo. Assim, neste aspecto, os intelectuais paulistas realizaram uma adaptação das teorias, porém em alguns casos como o negro ou mulato, a visão negativa persistiu, e esses pouco foram desenvolvidos pelos autores, permanecendo completamente fora da formação do paulista.

As manipulações finais do símbolo: a revolução de 1932 e o Estado Novo

Vimos até então, os diferentes usos acerca da figura do sertanista em diferentes períodos da história paulista. Primeiramente, esta imagem foi utilizada como sinônimo de paulista, ou seja, só poderia ser considerado paulista e adquirir prestígio aqueles que eram descendentes dos antigos sertanistas. O motivo, já sabemos, relaciona-se a mudanças políticas e econômicas que ocorriam na Capitania de São Vicente, com a chegada de forasteiros que se enriqueceram com o comércio.

No último período analisado, que compreende o auge político e econômico do Estado de São Paulo (final do século XIX e até 1930), é quando são publicadas a maioria e as principais obras sobre o bandeirismo visando à glorificação do passado paulista. Pretendia-se

²³ MAHL, Marcelo Lapuente. **Teorias Raciais e Interpretação Histórica: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)**. Tese de Mestrado. Assis: UNESP, 2001. p. 130.

corroborar a posição de liderança ocupada pelo estado na federação e para essa tarefa, uma considerável gama de autores, além do próprio Instituto Paulista e sua revista publicada anualmente, foram responsáveis pela produção de uma vasta bibliografia.

Assim, consideramos de suma importância a compreensão do uso dos termos paulista e bandeirante, sendo necessário realizar um pequeno histórico acerca dos significados de tais termos. Voltando ao século XVIII, pioneiro na produção sobre o bandeirismo, constata-se que o termo paulista funcionou como um divisor entre os descendentes dos antigos sertanistas e os recém-chegados. Porém, com a inclusão dos últimos na sociedade através de casamentos com a elite tradicional, as divergências foram sanadas e os enriquecidos comerciantes obtiveram também o foro de paulistas.²⁴

De acordo com Queiroz, em seu artigo Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário, o termo bandeirante surge no século final do século XIX, relacionando-se apenas aos participantes de uma bandeira, termo este já existente desde o século XVII. Ainda demonstra a autora, que na década de 1920, o termo bandeirante adquire uma função diferenciadora entre os letrados paulistas, que se consideravam descendentes dos antigos sertanistas, e os imigrantes que chegavam em grande número atraídos pelo desenvolvimento gerado pelo café:

Os imigrantes, seus filhos, seus netos eram paulistas; porém bandeirantes eram somente aqueles cujos avós, bisavós, tataravós e demais antecessores tinham trabalhado e pelejado no mesmo solo que agora abrigava a todos. O bandeirante enquanto símbolo era criado repleto de um conteúdo discriminatório; separava no interior do estado, uma coletividade antiga de outra coletividade de origem recente, valorizando altamente a primeira em detrimento da segunda. Os historiadores do século XX se mostravam, pois, muito próximo de seus antecessores, Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus: como estes, seu intuito era traçar uma linha clara de separação entre paulistas de 400 anos e forasteiros.²⁵

Após a revolução de 1930, se torna claro o objetivo centralizador de Getúlio Vargas, que nomeia interventores para os estados da federação. Além de não ser paulista, a política adotada por João Alberto, de aproximação e benefícios à classe operária, provocou um grande desconforto na elite do estado. Já em 1932, o PD²⁶ rompe completamente com Vargas unindo-

²⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo Paulista: vicissitudes de um imaginário. **Revista USP**, São Paulo, n. 13, 1992. p. 81. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25601>

²⁵ Ibidem; p. 84.

²⁶ O PD foi fundado em 1926, na capital paulista, por parte dissidente da elite que compunha o tradicional PRP e profissionais liberais. Em suas propostas havia pautas mais progressistas como o voto secreto e um melhor debate acerca das questões sociais. Em busca de sucesso eleitoral, aliou-se a partidos de esquerda, porém o controle abusivo do PRP sempre garantia as vitórias eleitorais, esse fator levou o novo partido a apoiar a revolução de 1930. Para mais ver, Plínio de Abreu Ramos: Partido Democrático de São Paulo (PD). **CPDOC FGV**.

se ao seu antigo adversário, o tradicional PRP. A elite paulista, agora estava unida para a guerra, porém esse interesse respondia exclusivamente aos setores conservadores, tornava-se urgente aglutinar todos os paulistas nesta disputa.

Para isso, a figura do bandeirante, já construída e consolidada pela elite letrada paulista, foi ampliada para todas as camadas sociais, levando este a ser um símbolo de São Paulo, ou seja, de todos que lá viviam e estivessem dispostos a ir para a luta.²⁷ Após esse período, o símbolo que foi alargado para abarcar a população de São Paulo, permaneceu representando o estado dessa forma, sendo possível notar sua presença no nome de rodovias, monumentos e o próprio palácio do governo, que fazem alusão a esse símbolo histórico ainda presente nos dias atuais.

Voltando ao período da revolução de 1932, podemos notar a popularização e a ampla divulgação deste símbolo. O bandeirante estava presente de forma acessível em cartazes acompanhado da bandeira de São Paulo, convocando os jovens à luta. O Jornal das Trincheiras, periódico distribuído nas áreas de combate, também aproveitou a imagem já construída para motivar os combatentes.²⁸

Por fim, também não podemos deixar de nos referir à tentativa de moldar tal símbolo ao restante do Brasil. Neste sentido, o único autor a ter repercussão nesta empreitada foi o paulista Cassiano Ricardo. Em sua obra *Marcha para o Oeste*, o autor associa o bandeirismo ao restante do Brasil através do desenvolvimento da ideia de democracia nas bandeiras.

Na mesma obra, o autor afirma a participação do negro no bandeirismo, especialmente na descoberta de minerais preciosos. As bandeiras são vistas como democráticas, pois apresentam grande mobilidade, tanto biológica como econômica e geográfica. Nesta vocação democrática atribuída às bandeiras, a hierarquia e o respeito pelo chefe são características fundamentais para o sucesso das incursões.²⁹

Ao situarmos a obra citada acima ao momento histórico de sua produção, notamos a forte centralização promovida por Vargas no período conhecido como Estado Novo (1937-1945). Durante esse período, o governo procurou ocupar e desenvolver as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, territórios pouco ocupados e estagnados economicamente, projeto que recebeu o nome de A Marcha para o Oeste. Além disso, o projeto visava à ocupação de áreas fronteiriças com outras nações, a busca de uma maior integração territorial e a diminuição de

²⁷ ABUD, Kátia. **O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições** (A Construção de Um Símbolo Paulista: O Bandeirante). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1985. p. 180.

²⁸ Ibidem; p. 188.

²⁹ CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 140-155, dezembro/fevereiro 2005-2006. p. 149. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13489/15307>.

conflitos sociais em grandes centros urbanos.³⁰

Deste modo, a obra de Cassiano Ricardo, através de características já levantadas por autores ligados à elite paulista, como o respeito ao chefe da bandeira, a hierarquia e a conquista de parte considerável do território nacional, objetivava associar a imagem de Vargas e do Estado Novo ao bandeirismo. Neste sentido, o Oeste é propagado com grande potencial de exploração aos brasileiros; conquistado pelos antigos bandeirantes, esse vazio demográfico deveria agora ser ocupado e explorado por novas bandeiras tuteladas pelo governo central.³¹

A explicação histórica proposta por Cassiano Ricardo não obteve continuadores, sendo seus escritos as últimas obras heroicas de peso sobre o bandeirismo. Já em relação à elite letrada paulista, os anos 1930, além do enfraquecimento político, significaram também, o fim de grandes obras e o interesse especial pelo tema entrou em decadência.³² A USP, criada em 1934, representou a profissionalização do historiador, vindo também, com novos paradigmas e temas de estudos fortemente influenciados pela moderna historiografia francesa.

Apesar de Afonso Taunay e Alfredo Ellis Jr (substituiu Taunay em 1938, permanecendo até 1958), comporem o corpo docente da universidade, após a saída de Ellis Jr, o tema não suscitou mais interesses nas pesquisas. Pesquisas acerca do bandeirismo, só surgirão após a década de 1980, sendo abordadas através da perspectiva de desconstruir e demonstrar o que ficou conhecido como a construção da simbologia bandeirante. Neste sentido, o trabalho de Kátia Maria Abud, *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições* (A Construção de um Símbolo Paulista: O Bandeirante), publicado em 1985, foi um dos primeiros ao abordar criticamente o sentido da produção elitista sobre o bandeirismo.

³⁰ PEREIRA, Eliane M. C. Manso. O Estado Novo e a Marcha Para o Oeste. **História Revista**, v. 2, n. 1, p. 113-129, jan/jun, 1997. P. 118. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/17483/0>

³¹ GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. A Marcha para o Oeste na Expedição Roncador-Xingú. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – AMPUH**. São Paulo, Julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890981_ARQUIVO_MarchaparaoOeste.pdf

³² ABUD, Kátia. *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições* (A Construção de Um Símbolo Paulista: O Bandeirante). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1985. p. 201.

CAPÍTULO II

A ABORDAGEM DE ALFREDO ELLIS JR

Alfredo Ellis Jr (1896-1974) nasceu em uma rica família cafeeicultora do estado, considerando pelo lado familiar tanto de sua mãe como da avó paterna, descendência do bandeirante Amador Bueno da Ribeira, o Aclamado³³. Atuou destacadamente no IHGSP, sendo que suas obras centram quase que totalmente no bandeirismo e na história paulista. Possuiu um vínculo profundo com o estado, tendo sido deputado estadual pelo PRP, além de participar dos combates durante a revolução de 1932, episódio no qual acabou ferido. Analisaremos neste capítulo, a obra *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euroamericano*, publicada em 1936, que foi a edição revista e ampliada de *Raça de Gigantes* de 1926. Como exporemos nas próximas páginas, a obra selecionada, se encontra em consonância com as linhas gerais propaladas pelo Instituto Paulista e seus intelectuais.

A formação do paulista

Nesta obra, Alfredo Ellis Jr, busca compreender a formação da sub-raça paulista e seu desenvolvimento nos três primeiros séculos. Logo nas primeiras páginas, o autor já esclarece que o livro se apoia na doutrina evolucionista³⁴, sendo que a colonização do planalto paulista, se diferenciou de toda a ação portuguesa na América do Sul. O objetivo proposto, já em forma de conclusão certa e líquida, é analisar: “as bases causadoras da formidável superioridade do paulista, que até hoje tem sabido sustentar o peso da economia nacional brasileira.”³⁵

Assim, o autor faz uma análise do português e do espanhol (elemento ibérico) e do índio guaianá, que compuseram a base étnica para a formação do paulista. Também afirma a

³³ Manteve-se forte na historiografia paulista a interpretação traçada no século XVIII por Frei Gaspar e Pedro Taques, que caracterizava a aclamação como estratégia de espanhóis para que a região fosse anexada ao território colonial espanhol. Assim, Amador Bueno da Ribeira, ao recusar a aclamação agiu de forma leal e honrosa em relação ao governo português, além de evitar um fracionamento e manter os contornos do território que viria a ser o Brasil. Para mais, ver: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *A Rochela do Brasil: São Paulo e a Aclamação de Amador Bueno como Espelho da Realeza Portuguesa*. *Revista de História*. São Paulo, n. 141, p.21-44, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18881/20944>

³⁴ O evolucionismo proposto por Darwin se pauta no conceito de seleção natural, na qual todas as espécies estariam submetidas. A luta pela sobrevivência faria com que somente os mais adaptados sobrevivessem e os restantes seriam aos poucos eliminados da natureza. Os conceitos evolucionistas de Darwin foram incorporados pelas ciências sociais, originando o Darwinismo Social. Para mais informações, ver Mähl, p. 66-69.

³⁵ ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. p. 20.

inexistência de tipos raciais puros, e ao apresentar a lista dos tipos raciais europeus, reitera a preponderância na península ibérica, do tipo Ibero-insular ou Homo Meridionalis.³⁶ Já o meio social da península naqueles tempos, era marcado por ampla desigualdade social e poucas possibilidades de ascensão social.

Encontravam-se já no final do século XVI, as duas coroas ibéricas em grande decadência. A nobreza mediana da parte sul da península, considerada pelo autor a mais eugênica devido às guerras contra os mulçumanos, também liderou as descobertas marítimas e a construção dos impérios de ambas as coroas. Por conta do longo tempo distante, essa nobreza pouco se reproduziu, privando a península de descendentes capazes de continuar seus grandes feitos.³⁷

Ao detalhar mais as condições sociais na península ibérica, o autor constata a existência do que podemos definir como os enriquecidos, compostos pela nobreza e os comerciantes em contato com o comércio nas Índias. Viviam esses no total luxo e dissipação do capital, sobre completo descuido dos dirigentes, e os ganhos auferidos com o comércio à longa distância eram totalmente gastos com a importação de artigos de luxo.³⁸

Em Portugal, essas condições chegaram ao extremo, levando a classe dirigente e a família real à esterilidade e a neuropatia, fatores que levam uma sociedade ao extermínio. A emigração se deu através dos desfavorecidos socialmente, compostos pelas massas de plebeus (na qual se incluía uma pequena burguesia) e de famílias nobres em extrema decadência.³⁹ Afirma o autor, que esses emigrantes, ainda passaram por uma grande seleção natural. Assim, a miséria, a fome e as epidemias selecionaram os indivíduos de maior resistência e moral:

A gente, que escapou a todas estas contingencias, foi indiscutivelmente um grupo altamente seleccionado e particularmente dotado de uma invulnerabilidade especial, uma rijeza physica extraordinaria, ao lado de uma fortaleza moral formidavel. Não pode haver duvida que foi dentre esses eleitos recrutada a grande corrente migratória para o planalto vicentino, nos dois primeiros seculos. Assim depurada, dessa fôrma seleccionada, pela sociedade e pela natureza, esta gente deveria ter o corpo de granito e a alma temperada com o mais puro aço. Seriam elles bem capazes de enfrentar o novo mundo, seriam bem dignos da sua homerica descendencia.⁴⁰

³⁶ ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. p. 30.

³⁷ Ibidem; p. 103.

³⁸ Ibidem; p. 106.

³⁹ Ibidem; p. 109.

⁴⁰ Ibidem; p. 115.

Se ao europeu imigrante o autor dedica boa parte de sua análise, ao indígena, também responsável pela formação da raça paulista, são dedicadas poucas páginas. No 4º capítulo da obra, denominado O Índio, logo de início, esclarece o autor que: “raro era, no segundo século, o sertanista que não tivesse entre seus próximos ascendentes um genuíno representante da raça de bronze.”⁴¹ Nesse sentido, em relação aos indígenas, a base do que ele denomina cruzamento euro-americano em São Paulo, foram os guaianás, que dominavam a região do planalto. Em menor grau também encontramos outros tupis como: tamoios, carijós, tupinaés, teminós, e etc. Emigrando para o planalto sem família, as primeiras ligações conhecidas e legais foram:

A base, como se disse, do cruzamento euro-americano, foi o caldeamento com o guayaná, preexistente no planalto, aonde, na primeira metade do século quinhentista, aportaram os portugueses. As primeiras ligações, como se sabe, foram os casamentos de João Ramalho com Bartyra, filha de Tibiriçá, Terebé, outra filha de Tibiriçá, com Pedro Dias; Lopo Dias, com Beatriz, também filha desse maioral guayaná; Braz Gonçalves, com a filha do caçique de Virapueiras; Domingos Luiz Grou com a filha do caçique de Carapicuhya, etc., segundo nos revelou o dr. Ricardo Daunt.⁴²

Essas ligações matrimoniais, nas quais poderiam estar presentes a mulher índia com o mameluco, foram as responsáveis pelos principais troncos das famílias paulistas. Já os outros tipos de ligações existentes no planalto, como a mancebia e as ligações fortuitas e casuais⁴³, são responsáveis pelo grande número de bastardos. Caso não houvesse a proteção paterna e o pedido em testamento desejando auxílio, esses filhos concebidos fora do casamento com índias escravas ou administradas, continuariam acompanhando a condição social das mães.

No decorrer da obra, o autor procura demonstrar que o cruzamento entre tais tipos raciais no planalto paulista foi positivo. Porém, para grande parte dos autores europeus como Lapouge, além dos graves problemas físicos, os mestiços carregavam graves problemas psicológicos e morais, sendo que, com as futuras gerações tais fatores se acentuam, levando à esterilidade e extinção dos mesmos.⁴⁴

Visando exemplificar que o cruzamento entre o ibérico e o indígena ocorrido no planalto foi positivo, ou seja, eugênico, o autor evidencia duas características importantes para corroborar sua tese. Desta forma, ao analisar as ligações legais entre ibéricos, indígenas ou

⁴¹ ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. p. 47.

⁴² Ibidem; p. 52.

⁴³ Ibidem; p. 54.

⁴⁴ Ibidem; p. 71-72.

mamelucos, a conclusão é de uma alta taxa de fecundidade dessas uniões. Este importante fator para Alfredo Ellis é nitidamente ampliado através de tabelas e comparações⁴⁵, assim, o autor chega à conclusão final de que: “Dessa comparação resulta que a fecundidade paulista nos tres primeiros seculos foi formidavelmente superior á que caracteriza qualquer paiz do velho continente.”⁴⁶

Também não deixa de destacar a longevidade, com abundantes exemplos de paulistas que viveram mais de 70 anos, tendo uma vida agitadíssima e encarando os desafios do sertão mesmo com idades avançadas, assim ao lado de outros exemplos, destaca Anhanguera, o velho e alguns de seus ascendentes.⁴⁷ Com as questões relativas à formação da sub-raça já postas e demonstradas, é realizada a seguinte indagação, a qual será respondida através de outros fatores responsáveis pelo sucesso desse cruzamento: “Qual o motivo, porém, dessa eugenesia de cruzamentos entre ibericos e indios no planalto paulista, enquanto que, em geral, os cruzamentos dessas duas raças, effectuados em outras regiões do Brasil, não puderam fugir ás regras de Lapouge, quanto aos seus productos mestiços?”⁴⁸

Primeiramente, o papel do negro na sociedade paulista não é desenvolvido, e a não presença deste nos primeiros séculos no planalto paulista, é compreendido de forma positiva e diferenciadora em relação ao Nordeste. O capítulo O Negro, Influência do Negro na Formação Ethnica do Planalto, o menor capítulo da obra, com apenas quatros páginas, já denuncia a omissão do autor sobre a participação do negro na sociedade paulista. Aparece o negro no cruzamento de raças em São Paulo, apenas no século XIX, quando se inicia o cultivo de café. Pelos cruzamentos serem recentes não há a formação de uma sub-raça:

[...] os cruzamentos com os negros são tão recentes que entre nós os mulatos disfarçados são rarissimos, imperando em grande maioria os meio sangue, os quarteirões e os oitavões, e nos quaes é facil descobrir se os estigmas da raça de ebano. O mulato paulista se distingue do mulato nortista, visto como esse já é uma sub-raça com os seus attributos definidos, onde o caldeamento já quase uniformizou o typo geral [...] ⁴⁹

Em outros pontos da obra, o negro é citado, porém como já foi dito, nunca se desenvolve a participação deste na sociedade paulista. Neste sentido, durante o período

⁴⁵ ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. p. 161-170.

⁴⁶ Ibidem; p. 170.

⁴⁷ Ibidem; p. 82.

⁴⁸ Ibidem; p. 83.

⁴⁹ Ibidem; p. 87.

minerador, no século XVIII, o negro aparece como um dos elementos responsáveis pela degeneração dos paulistas que para as minas emigraram.⁵⁰ Ao prever o futuro do negro na sociedade paulista, o autor é enfático ao afirmar sua inferioridade e uma possível incapacidade de se adaptar à região:

Com o correr dos tempos e sem novas perturbações de imigrações exóticas, os typos vão diminuindo em numero. Só os mais aptos ficarão. Assim, o negro e o mulato vão desaparecendo do planalto paulista. Mais 50 annos e não os teremos, como não temos já o indio. Outras regiões, dotadas de outros ambientes physicos e de outro meio social, poderão poupal-os, como o Nordéste poupou o indio, que é indissimulavelmente o typo dominante dessa região, sem embargo de elle ahi apparecer civilizado e falando o portuguez. Os ambientes norte-americanos pouparam o negro, que S. Paulo elimina com rapidez.⁵¹

Ao continuar centrado nos fatores responsáveis pela eficiência dessa raça, fruto do cruzamento entre europeus, especialmente o português e o elemento indígena, o autor atribui grande importância ao meio físico do planalto: “A essa mesologia devemos, em boa parte, os fastos da nossa historia brilhante; a ella devemos, em muito, a nossa situação de grande superioridade em relação às regiões brasileiras.”⁵² Na visão de Alfredo Ellis, as condições climáticas na América portuguesa, de forma geral, representavam um fator contrário ao desenvolvimento do colonizador europeu. Entretanto, o planalto paulista, aparece como uma região completamente diferente das outras áreas colonizadas por Portugal. Apresentando calor e umidade moderados, além das rápidas variações de temperatura, a região se apresentava propícia ao desenvolvimento humano.⁵³

A formação física e geográfica do solo teve importância fundamental para o sucesso desta civilização. As vilas paulistas situam-se numa região privilegiada, não permitindo a formação de pântanos, motivo pelo qual, doenças mortais como a malária, pouco prosperavam na região. Os rios que corriam em direção ao interior, diferentemente das outras regiões brasileiras, nas quais se direcionam ao litoral, teriam auxiliado os bandeirantes em suas empreitadas como forma de orientação geográfica e proporcionado proteção ao caminhar pelos seus vales.⁵⁴ Assim, podemos constatar na obra, que a região do planalto paulista, pelas suas características diferentes do restante país, se mostrou essencial para o desenvolvimento de uma população superior à do restante do Brasil:

⁵⁰ ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. p.181.

⁵¹ Ibidem; p. 67.

⁵² Ibidem; p. 313.

⁵³ Ibidem; p. 322-323.

⁵⁴ Ibidem; p. 340.

Não póde haver duvida, pois, que o paulista do planalto foi a melhor exemplificação do sabio adagio britannico “the right man in the right place”. Antheu não podia descollar impunemente seus pés da terra mater. O planalto paulista é uma região predeterminada ao successo e à prosperidade, como a sabia argucia de Martius previu com um século de antecedencia.⁵⁵

A evolução do paulista

Na obra analisada, o autor reconstitui aquilo que acredita ser a evolução do paulista, que como veremos, ocorre tanto na mentalidade como no aumento da extensão da propriedade rural, possibilitando o sucesso da cafeicultura. Primeiramente, vieram os colonizadores ao planalto, em busca de melhores condições de vida e com pouquíssimos recursos. Desta forma, a divisão territorial no século XVII, baseou-se na pequena propriedade, situada nas redondezas de São Paulo e outras vilas fundadas ao longo do século. A produção era variada e para a subsistência, e se criavam bois, porcos e galinhas; apenas no segundo quarto do seiscentismo há uma pequena exportação para o litoral da capitania de trigo e marmelada.⁵⁶

Com a instalação dos primeiros povoadores e a consolidação do regime de pequena propriedade nas proximidades das vilas, devido à necessidade da constante união para enfrentar a natureza selvagem e os indígenas antropofágicos, há o desenvolvimento no planalto de um caráter comunitário visando à proteção e o sucesso na lavoura. No início do século XVII, o braço indígena disponível no planalto já se tornava raro, e assim, os paulistas promoveram expedições que alcançavam locais cada vez mais distantes na caça ao indígena. O espírito era de união, e diante das necessidades, todos se uniam em torno do mesmo objetivo:

E por ter sido ella um importante factor na genese do sertanismo, nunca a industria dos apresamentos formou uma classe á parte, como deveria de se pensar, e sim foi constituida pelos proprios agricultores que iam ao sertão buscar gente para as suas fazendolas. Ás vezes a colheita humana sertaneja excedia ás necessidades das plantações, então as peças restantes eram vendidas e o dinheiro vinha augmentar os cabedades de cada um, quando de todo não era absorvido no pagamento dos “conhecimentos”, de dividas contrahidas com o aviamento e aprestamento para o sertão.⁵⁷

⁵⁵ ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. p. 350.

⁵⁶ Ibidem; p. 262.

⁵⁷ Ibidem; p. 208.

Quanto à organização política nesses primeiros tempos, o autor ressalta o caráter democrático presente no planalto. Devido a pouca importância econômica da região, fator responsável por um grande afastamento dos poderes coloniais, os antigos habitantes tiveram que organizar seu próprio governo. A sociedade paulista era dirigida, nas próprias palavras do autor, por “gente escolhida”, havendo os cargos vitalícios (somente os juizes das varas de órfãos) e periódicos.⁵⁸ Desta forma, praticava-se uma ampla democracia no planalto: “de modo que o governado de hoje seria o governante de amanhã, e vice-versa.”⁵⁹

Essa auto-organização foi responsável pelo espírito de liberdade e independência dos paulistas. Neste sentido, o autor cita inúmeros exemplos⁶⁰ de revoltas ocorridas nos seiscentismo e início do setecentismo; atribui ao paulista desse período uma personalidade guerreira, utilitarista e de pouca imaginação. A coletividade existia devido aos interesses de progredir as lavouras e garantir a subsistência, fator que levou à democracia no planalto e à organização das expedições.

Para Alfredo Ellis, o pensamento simples e pouco imaginativo, acompanhou os primeiros povoadores que vieram da Europa. Pelas condições já descritas, vieram esses colonizadores, com o intuito de uma vida melhor e a segunda geração progrediu com esse ideal, organizando expedições em busca de indígenas para o desenvolvimento da lavoura.⁶¹ Seus atos nunca foram premeditados e a conquista do território foi consequência das necessidades dos antigos habitantes: “Partiam as expedições á cata do indio e, sem sentir a grandiosidade dos seus feitos, embrenhavam-se no longinquo sertão, fazendo-o com uma naturalidade de espantar a quem não esteja familiarizado com os documentos.”⁶²

A descoberta do ouro na região das minas gerais foi responsável por uma mudança na mentalidade dos antigos habitantes. Com a exploração aurífera, o planalto perdeu parte considerável de sua população, que além da mineração, se fixaram em terras próximas, promovendo a agricultura e pecuária. Embora para o autor seja nessas circunstâncias que ocorre uma evolução mental no paulista, as consequências desses fatores para o planalto foram terríveis. Assim, o planalto, muito habitado anteriormente, é atingido por um forte êxodo, não restando outra alternativa a não ser atender às necessidades vindas das áreas mineradoras:

⁵⁸ ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. p. 219.

⁵⁹ Ibidem; p. 220.

⁶⁰ Ibidem; p. 221.

⁶¹ Ibidem; p. 207.

⁶² Ibidem; p. 210-211.

A ambição cresceu, o rastilho do desejo de enriquecer se propagou com rapidez e o ideal do ouro atingiu o meridiano, substituindo o humilde e mediocre ideal rural, que subsistira até então, acalentando o utilitarismo paulista. Com isso as expedições se succederam até reduzir á anemia o planalto, exsanguie pela emigração em massa para a terra dos “el-dorados” [...] O planalto havia cessado de ser um núcleo rural por excellencia, onde se concentravam todas as energias de uma gente pujante, para se manter apenas como entreposto com as minas que lhe aviam sugado a seiva.⁶³

Para o autor, a ambição e a excessiva imigração para as áreas mineradoras, atrofiaram o espírito de liberdade e independência do paulista. A princípio, os povoadores vindos sobretudo de Portugal, tinham um grande temor e respeito pelos representantes do poder real, comportamento típico daquela sociedade de castas.⁶⁴ Já no planalto, distante do poder real, tiveram os habitantes que organizar a sociedade aqui constituída, e como vimos, preponderou a noção de coletividade, resultando em escolhas amplamente democráticas.

Esse fator provocou uma evolução nos primeiros povoadores, gerando uma sociedade rebelde às ordens lesivas do governo português. Assim, aquela personalidade rígida e belicosa do paulista, teve a guerra dos emboabas como última demonstração. Além da migração para áreas longínquas, contribuiu para a perda da belicosidade e espírito de independência as novas estratégias adotadas pelo governo português.

O planalto paulista, já enfraquecido e abandonado por muitos, devido a sua localização, passa a ser entreposto para as regiões mineradoras, fator preponderante para que Portugal tomasse atitudes visando diminuir o isolamento da região. Neste sentido, os governadores eram enviados diretamente do reino para a capitania, fator que, aliás, possibilita ao autor demonstrar a sua insatisfação frente à realidade pela qual passava o estado de São Paulo na década de 1930:

Com o novo aparelho governativo, novos governantes eram enviados de Portugal para a séde da nova Capitania de S. Paulo. Esses governadores, estranhos á terra, vinham munidos de poderes discricionarios. Eram individuos astuciosos, hypocritas, sorrateiros e prepotentes, taes como o foram Dom Rodrigo Cesar de Menezes, Caldeira Pimentel, David Marques Pereira, Antonio Cardoso dos Santos, Godinho Manso, dos quaes tivemos amostras com os interventores desses ultimos anos. Assim puderam elles com facilidade dominar os moradores da região, já muito enfraquecida pelas selecções emigratórias [...] Por isso o paulista setecentista foi entibiano o seu animo, no que era mais rapidamente impellido pela perda paralela da velha bellicosidade da gente planaltina, até se annular por completo diante dos poderes constituídos, ignorando sempre o seu valor e a sua força.⁶⁵

⁶³ ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. p. 212.

⁶⁴ Ibidem; p. 218-219.

⁶⁵ Ibidem; p. 228-229.

Inicialmente, as bandeiras eram desordenadas e refletiram o desenvolvimento da belicosidade, pois com o desenvolvimento do planalto e a necessidade de mão de obra indígena, as expedições tiveram que se “profissionalizar”. Em 1628, a expedição que partiu para o Guairá significou uma nova fase para o bandeirismo, a partir desse momento, as bandeiras aumentaram o número de homens e armas, se assemelhando a um exército. No período da mineração, momento em que para o autor atrofiou-se a belicosidade do paulista, o número de integrantes diminuíram, assim como o caráter bélico, pois o objetivo não era capturar indígenas, e sim explorar as riquezas minerais. Neste período, as bandeiras apenas continham o armamento necessário para fins defensivos.⁶⁶

A distribuição agrária, que no auge do bandeirismo (século XVII), baseava-se em pequenas e médias propriedades ao redor de vilas no planalto, também passou por importantes transformações. Além da distribuição de terras maiores nas proximidades de áreas mineradoras, no planalto paulista, as propriedades multiplicaram de tamanho em virtude da abertura de novas áreas e a baixa demografia devido à corrida pelo ouro. Os habitantes do planalto já não tinham mais a necessidade de viverem muito próximos, pois os antigos indígenas que ameaçavam as propriedades haviam sido dizimados.⁶⁷

Assim, apesar da perda da belicosidade e do espírito de independência, características geradas no planalto durante o século XVII, o século seguinte, que começou com a corrida para as minas, também foi de vital importância para o autor. É, no século XVIII, que ocorre a transição do comunitarismo para o particularismo, momento no qual as bandeiras passam como já foi dito, a terem outros objetivos, o que levou a serem menores e mais individualizadas:

Assim, as bandeiras de expedições bellicas transformam-se em empresas commerciaes. Diminuem em volume, mas augmentam consideravelmente em numero. Se no seiscentismo o planalto apenas poderia manter uma bandeira de vulto no sertão, no seculo seguinte varias dezenas dellas concomitantemente navegavam o oceano verde sem fim da matta virgem. Dois ou tres chefes se reúnem, juntam os seus administrados, e vão ao sertão em pequenos grupos isolados [...] Isso lhes modificou a organização, supprimindo-lhes, senão totalmente, ao menos em grande parte o seu cunho communitario, fazendo galgar o primeiro degrau do particularismo que o paulista, na sua evolução, tinha de atingir.⁶⁸

⁶⁶ ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. p. 242.

⁶⁷ Ibidem; p. 280.

⁶⁸ Ibidem; p. 278-279.

Entre os moradores que permaneceram no planalto, os que continuaram com a agricultura não conseguiram manter o nível social herdado de seus antepassados e empobreceram. Os enriquecidos nas minas, bem como aqueles que do planalto paulista organizavam negócios relativos à mineração, foram aqueles que puderam implantar a cafeicultura no século XIX. Para o autor, é com o plantio do café, que ocorre a superação total do comunitarismo, assim, devido às condições específicas da atividade e à abertura de novas áreas cafeeiras, o paulista, e também o seu estado, atingem o auge econômico:

Só o século XIX seria a testemunha da definitiva transposição das fronteiras do comunitarismo para o particularismo, por parte da gente do planalto paulista. Como o século XVII para o XVIII transcorreu com a descoberta do ouro nas Geraes, etc., fenómeno tão preñado de consequências de toda a natureza, assim também o século XIX foi iniciado com um outro acontecimento que foi sem contestação o credor de toda a nossa vida dos oitocentos e da presente do século XX, e de futura, quiçá, até que geração! Trata-se da importação da cultura do café [...] foi o que aconteceu, após a derrubada da mata virgem e a invasão do hinterland pelos descendentes autênticos dos velhos sertanistas bandeirantes. Mas a formação da lavoura cafeeira tinha que ser feita em condições especiais. O paulista, a sua família e seu sequito de agregados caboclos e escravos negros em caravanas, partiam às dezenas dos núcleos urbanos de Itú, Sorocaba, Campinas, etc., internando-se profundamente no sertão, onde isolavam-se nos latifúndios completamente segregados da comunidade [...] E, assim, o paulista se identificou definitivamente no individualismo, atingindo o pináculo da sua evolução.⁶⁹

Como ficou exposto, o paulista atinge seu auge evolutivo com o total desenvolvimento do particularismo, fator ocorrido com a cafeicultura iniciada no século XIX. Porém, tal progresso, que ocorre tanto com os paulistas quanto com o estado de São Paulo, que tem novas áreas desbravadas e se torna o mais desenvolvido economicamente da nação, selou profundamente o atrofiamiento da belicosidade. Contudo, para o autor, apesar da perda dessa qualidade, esta não poderia ser considerada totalmente perdida: “Felizmente essa belicosidade não morrera. Apenas dormia. O anno de 1932 provou á sociedade.”⁷⁰

Entretanto, há duas características que ainda acompanham os paulistas, e que já compunham a mentalidade dos primeiros povoadores do planalto. O ânimo forte e a resignação já estavam presentes com os primeiros habitantes do planalto nas bandeiras, seja de caça ao indígena ou de mineração, e agora também eram responsáveis pelo sucesso da cafeicultura. A importância dessas qualidades no paulista do momento, bem como a

⁶⁹ ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. p. 281-282.

⁷⁰ Ibidem; p. 244-245.

permanência destas em toda a evolução demonstrada pelo autor, torna extremamente certa a glória presente e futura, tanto do estado como dos paulistas:

Desse animo varonil completado pelo referido espirito de resignação, nasceu a tempera do bandeirante do século XIX que plantou e cultivou a lavoura de café. Da liga desses dois traços profundos da psychologia do paulista, se formou o cimento mais rigido que concretiza perennemente os alicerces da grandeza piratiningana.⁷¹

⁷¹ ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. p. 235.

CAPÍTULO III

A ABORDAGEM DE PAULO PRADO

Analisaremos neste capítulo, o livro *Paulística*, publicado em 1925 e ampliado em 1934, composto de ensaios que foram lançados antes no jornal *O Estado de S. Paulo*. Nascido em uma das famílias mais ricas do país, Paulo da Silva Prado (1869-1943), foi um dos maiores produtores e exportadores de café e também como muitos parentes, associado do IHGSP. Como veremos adiante, o pensamento do autor a respeito da raça paulista, encontra-se de acordo com as linhas gerais propostas pelo Instituto Paulista, nas quais o europeu seria o elemento superior e prevalecente na mestiçagem. A grande discrepância com o pensamento que prevalecia no Instituto e nos autores ligados à temática na época se encontra no pessimismo do autor em relação ao paulista do momento atual, degeneração que para Paulo Prado se iniciara no século XVIII.

Aspectos gerais e a formação do paulista

Para o autor, o isolamento do planalto paulista foi essencial para o desenvolvimento dessa sub-raça, fruto do cruzamento entre europeus e indígenas. Assim, no século XVI, vários caminhos comunicavam o litoral paulista ao planalto, todos eram: “tênuos caminhos de índios- parte marcados no solo pelo machado de pedra e parte nos galhos das árvores.”⁷² No mesmo século, o caminho conhecido como Caminho do Mar, torna-se o mais usual entre os habitantes da capitania, mas nem por isso, as comunicações entre o litoral e o planalto apresentavam condições satisfatórias. A necessidade de melhorias nesse caminho foi uma das principais preocupações dos paulistas até o século XIX, assim, ressalta-se a existência de trajetos em que era necessário subir de gatinhas.⁷³

As dificuldades de comunicação com o litoral impostas pelo caminho do mar, conservou os habitantes do planalto protegidos do contato com a administração portuguesa, reino que para o autor já se encontrava em decadência. Ocorre nesta situação, para Paulo Prado, o repetido fenômeno histórico da expansão, em que o êxodo atinge boa parte da população, ceifando o local original de seus melhores indivíduos, restando a decadência e o abandono, fator

⁷² PRADO, Paulo. *Paulística etc.* 4ª ed. rev. e ampl. por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 65.

⁷³ *Ibidem*; p. 70.

este também ocorrido no planalto, como veremos adiante.⁷⁴ Na região do planalto, a administração portuguesa não conseguiu um domínio mais consolidado, e isso gerou inúmeras revoltas dos paulistas nos séculos XVI e XVII. Um domínio mais completo somente ocorrerá no decadente (para São Paulo e os paulistas) século XVIII.

Grande parte dos primeiros habitantes do planalto procederam da expedição de Martim Afonso de Souza, predominando os de origem portuguesa. Apesar da dificuldade de esclarecer sobre estes, o autor concorda que a grande maioria deveria compor-se de degredados.⁷⁵ O português, que foi o elemento europeu preponderante na miscigenação, era rude nos costumes, de linguagem e intelecto simples, sóbrio e forte fisicamente. O indígena detinha características importantes para a vida na natureza, apresentando observação, raciocínio e senso de orientação importantes no meio natural, além do olfato desenvolvido, a agilidade, o silêncio ao se movimentar e o nomadismo.⁷⁶

Assim, o isolamento do planalto foi responsável pelo afastamento dos poderes da coroa portuguesa, e também pela endogamia, ou seja, a reprodução entre parentes, que “deram o máximo de intensidade e relevo nas características dos tipos paulistas.”⁷⁷ Aliado ao isolamento, o clima apresentou importância fundamental na formação da raça paulista, pois as bruscas diferenças de temperatura, sejam em relação às estações ou até no mesmo dia, selecionaram os indivíduos mais aptos: “só afrontam a aspereza do clima os mais aptos e os mais resistentes; desse processo de seleção vem a extraordinária mortalidade infantil ainda notável no São Paulo moderno.”⁷⁸

Do mesmo modo, teria o judeu⁷⁹ também participado da miscigenação ocorrida no planalto. Salienta o autor que desde os primórdios da colonização, os judeus estavam presentes em território colonial, sendo que a capitania de São Vicente e em especial o planalto apresentaram-se como o local ideal, devido à inexistência da inquisição. Trouxe o elemento judeu importantes características nesta formação racial, e em especial a preocupação com o enriquecimento, fator tão desenvolvido no paulista, e também a facilidade de se adaptar em diferentes locais e atividades:

A contribuição judenga trouxe para esse caldeamento o elemento inteligente, voluntarioso, irrequieto, e nômade que outras influências mal explicam, e, sobretudo,

⁷⁴ PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. rev. e ampl. por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 72.

⁷⁵ Ibidem; p. 75.

⁷⁶ Ibidem; p. 77.

⁷⁷ Ibidem; p. 78.

⁷⁸ Ibidem; p. 79.

⁷⁹ Ver capítulo Cristãos Novos.

a rediviva preocupação de enriquecimento tão peculiar ao judeu e que em toda parte o assinala como um pioneiro de civilização e progresso. Na psique coletiva das tribos de Israel e do povo paulista há aspectos de uma impressionante semelhança. São, por exemplo, o perseverante, tenaz e resistente arrivismo (no sentido menos pejorativo da expressão) e a notável faculdade de adaptação utilitária que de caçador de índios, de mineiro, de povoador e conquistador converteram o habitante do planalto no moderno grileiro e bugreiro.⁸⁰

Sobre o espírito de independência dos antigos habitantes e a insubmissão às ordens portuguesas é considerado exemplo especial o conflito com os jesuítas pelo controle dos indígenas. Nesta ocasião, ocorreu a expulsão dos religiosos, e no momento em que as autoridades portuguesas apoiaram os jesuítas no conflito, em um ato de liberdade em relação à metrópole, os paulistas fecharam o caminho do mar para que não houvesse o abastecimento de farinha para o litoral. Episódios como esse, assim como os protagonizados pelo bandeirismo, que além da ferocidade muitas vezes desobedecia às ordens da coroa portuguesa, dão o contorno fundamental e totalmente contrário em relação as outras regiões da colônia:

Essa independência e isolamento foram os traços característicos do povo de São Paulo durante todo o desenrolar da história do Brasil. Quando o país inteiro era apenas uma colônia vivendo no mesmo ritmo da Metrópole, os paulistas viviam a sua própria vida em que a iniciativa particular desprezava as ordens e instruções de além-mar para só atender aos seus interesses imediatos e à ânsia de liberdade e ambição de riquezas que os atraíam para o deserto sem lei e sem peias. A história do que se chamou a “expansão geográfica do Brasil” não é, em sua quase totalidade, senão o desenvolvimento fatal das qualidades étnicas do tipo paulista.⁸¹

Os paulistas dos séculos XVI e XVII, na visão do autor, diferem completamente dos habitantes das outras regiões da colônia portuguesa na América. O espírito de independência e insubmissão às ordens do reino significa para Paulo Prado um sentimento nacionalista, simbolizado pela repulsa às ordens vindas de fora. Nesta perspectiva, o capítulo Uma data, relata o assassinato do fidalgo espanhol D. Rodrigo de Castel Blanco, supostamente pelo sertanista Borba Gato. Detinha o fidalgo o apoio da coroa portuguesa para liderar uma bandeira composta de paulistas que objetivava a procura de minerais preciosos.

Neste episódio, o bandeirante Garcia Paes, já havia entregado ao fidalgo as amostras das descobertas que fizera nos sertões, representando assim como a bandeira, já composta e preparada para a expedição, “um esbulho da riqueza conquistada à custa de grandes

⁸⁰ PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. rev. e ampl. por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 130.

⁸¹ Ibidem; p. 87.

sacrifícios.”⁸² Ao longo da expedição comandada pelo fidalgo, as tensões cresceram e o assassinato deste, na visão do autor, ganha contornos de um nacionalismo paulista: “Borba Gato representava o elemento a que hoje chamaríamos de nacionalista e que via chegar como ave de rapina o aventureiro ambicioso, prestes com a garra adunca a se apoderar dos trabalhos e serviços alheios.”⁸³

Assim, como foi exposto, podemos dizer que o isolamento de São Paulo, proporcionado pelas dificuldades impostas pela natureza, contribuiu para esta formação racial com suas ditas características. Preponderaram esses caracteres a partir do final do século XVI, quando a raça já estava formada, e no seguinte. Como veremos, no século XVIII, ocorrem transformações que resultam na decadência tanto econômica como política da capitania e de São Paulo. Aliada a tudo isso, a forte personalidade do paulista se retrai e o mesmo se torna submisso às ordens vindas de fora, decadência moral que para o autor ainda persistia no momento em que foi escrita a obra.

O auge e a decadência do paulista

Desde os primórdios da capitania já havia habitantes no planalto paulista. Dedicavam-se a agricultura, criação de gado e resgate de indígenas para negócios no litoral. A primeira povoação consistente no planalto foi Santo André da Borda do Campo, possuidora de alguns simples sistemas de segurança como muros, trincheiras e baluartes. Durante os dias normais a vila permanecia abandonada, pois estavam os povoadores em suas tarefas, somente havia movimento nos dias de descanso. Devido a sua localização, rodeada de densa floresta, estava suscetível a constantes ataques surpresa de indígenas inimigos; por conta disso e com ampla concordância, seus moradores se mudaram para São Paulo de Piratininga, recente vila fundada pelos jesuítas.⁸⁴

A necessidade de guerra para obter mão de obra indígena para o trabalho na terra tornou-se indispensável. Salienta o autor que o início da colonização no planalto foi um grande desafio, dado que as atas da câmara de São Paulo demonstram a excessiva preocupação com o ataque de indígenas inimigos. Em 1564, a câmara reclama por auxílio a Estácio de Sá, e duas décadas depois a situação se agrava, ocorrendo uma grande campanha

⁸² PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. rev. e ampl. por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 179.

⁸³ Ibidem; p. 178.

⁸⁴ Ibidem; p. 138.

comandada por Jerônimo Leitão, capitão mor, ou seja, governante da capitania. A campanha durou seis anos, assolando cerca de 300 aldeias, com aproximadamente 30 mil habitantes.⁸⁵

A partir desse momento, organizou-se de forma eficiente a escravização de indígenas. Inicia-se o alargamento das fronteiras pela ação do bandeirismo e também a destruição das reduções jesuíticas em território espanhol. Esses feitos tornaram os paulistas muito conhecidos e temidos, sendo que o governo português frequentemente recorreu aos bandeirantes para o combate contra indígenas em diferentes regiões do Nordeste e também motivou expedições à procura de minerais preciosos. No quadro proposto pelo autor, estava o paulista na curva ascensional de sua história:

O paulista, ao invés, palmilhou a maior parte “da terra inóspita e grande” dos sertões brasileiros quase só, na rudimentar organização da bandeira, sem nenhum auxílio oficial, e muitas vezes infringindo ordens severas de Ultramar. No heroísmo quotidiano da luta contra o obstáculo, vivo ou inerte, que a cada passo lhe armava a natureza hostil e agressiva, está a verdadeira grandeza do bandeirante, fosse ele caçador de índios, guerrilheiro do gentio revoltado, ou buscador de ouro.⁸⁶

Atinge o paulista o auge de sua história, quando ocorre por ação deste, as descobertas auríferas nas regiões das minas. Entretanto, a traição da metrópole em relação à posse dos descobrimentos minerais resultou na Guerra dos Emboabas, que significou aos bandeirantes a perda de suas descobertas. Apesar disso, o movimento bandeirista resiste e descobertas auríferas são realizadas em Cuiabá e Goiás.⁸⁷ Demonstra o autor com esses exemplos, que em busca de riqueza, o bandeirante explorava territórios cada vez mais longínquos. Foram os últimos momentos em que a linha de desenvolvimento econômico (busca por riquezas) não se afastou, ou melhor, não cresceu em oposição à questão moral.

Inicia-se em 1698, a construção de um caminho novo para que o Rio de Janeiro se comunicasse diretamente com a região das minas gerais. Antes de tal caminho, concluído somente em 1725, era necessário passar pelo planalto paulista para alcançar a região mineradora da futura Minas Gerais. Este caminho, construído por Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias Pais, representou um duro golpe, pois subtraiu da capitania e do planalto o monopólio das comunicações da região das minas com o litoral: “Ia quebrar-se o prestígio do

⁸⁵ PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. rev. e ampl. por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 138.

⁸⁶ Ibidem; p. 145.

⁸⁷ Ibidem; p. 156.

Caminho do Mar, Coube a um paulista a realização da obra anti paulista.”⁸⁸

Instaurava-se também no século XVII, antes dos descobrimentos minerais, uma mudança de paradigma. Ressalta o autor que antes mesmo do êxodo provocado pelo ouro nas regiões de Minas, Cuiabá e Goiás, a criação de gado nas regiões Nordeste e Sul já funcionava como um importante fator de abandono do planalto. Iniciava-se o enfraquecimento do bandeirismo e do nomadismo do paulista, que adentrava a longínquas regiões, mas sempre voltava ao planalto.⁸⁹ Assim, os mais ambiciosos, fortes física e moralmente, abandonaram a região em busca de melhores oportunidades. Mergulharia São Paulo no século XVIII, em uma terrível crise:

O bandeirante transforma-se no colono e povoador das regiões do Sul, da ilha de Santa Catarina e da antiga capitania de São Pedro; ao Norte é ele o criador e fazendeiro dos caatingais baianos, até o Piauí, Ceará e Maranhão; o gado como elemento estabilizador fixa-o nos latifúndios desses sertões; para o interior profundo do país, a mina, em Goiás e Mato Grosso, extingue por seu turno e pela sua riqueza o nomadismo tradicional do antigo piratiningano [...] Todos esses ousados empreendimentos, tanta heroicidade afoita e desregrada, iam aos poucos enfraquecendo a velha Piratininga, pelo afastamento de seus melhores filhos. Abandonando as picadas tortuosas das primitivas entradas, a migração continuava pelos rios e pelas monções que partiam de Ararituaba, em demanda das riquezas do sertão. Os fortes, os audaciosos e os são partiam na febre das conquistas; mulheres velhos e enfermos ficavam na melancolia dos lares abandonados, nos afazeres mesquinhos da pequena cultura, ou na taciturna indolência índia das vilas que rodeavam os campos piratininganos. A pouco e pouco entrava São Paulo nesse longo sono secular que é a triste página da sua história.⁹⁰

Neste sentido, o capítulo A decadência trata exclusivamente sobre esta temática, que em uma interpretação muito exclusiva, ainda permanecia, senão na economia, mas no caráter do paulista. Aconteceu no século XVIII, como veremos, a decadência moral e econômica em São Paulo e da primeira, apesar de séculos, não houve regeneração. Refletindo esta decadência, ocorreram na primeira metade do século XVIII, sucessivos desmembramentos na então capitania de São Paulo, que perdeu territórios que deram origem a Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, e etc. Trágico e vergonhoso são os anos de 1748 a 1765, nos quais a capitania de São Paulo é oficialmente extinta, passando a ser administrada pela do Rio de Janeiro.⁹¹

A decadência política de São Paulo continuava, pois após a restauração em 1765, a coroa portuguesa passa a enviar governadores despreocupados com a capitania, estava São

⁸⁸ PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. rev. e ampl. por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 198.

⁸⁹ Ibidem; p. 153.

⁹⁰ Ibidem; p. 150-157.

⁹¹ Ibidem; p. 158.

Paulo totalmente atrelado aos desígnios portugueses, sendo o paulista militarizado para o letal combate com os espanhóis em regiões fronteiriças no sul da colônia. Na terrível perspectiva traçada pelo autor, o nefasto século XVIII, é decadente até na alimentação, tendo em vista que devido ao monopólio do comércio de sal e a pouca vontade do governo em fiscalizar, elevou-se o preço deste importante item alimentar, privando boa parte da população desse importante alimento.⁹²

Por fim, no referido capítulo, o autor analisa os anos próximos à independência do Brasil como de recuperação: “começava apenas São Paulo a despertar da sua doentia hibernação. Iniciava-se o período a que na história paulista podemos chamar- o da convalescença.”⁹³ Neste período, a produção agrícola era variada, e conseguia-se exportar parte da mesma. No entanto, tal recuperação era somente econômica, pois as antigas características dos paulistas não mais se apresentavam. Enquanto outras regiões participaram ativamente do processo de independência do Brasil, na capitania de São Paulo, salvo raríssimas exceções, imperou o desprezo e a covardia:

Em outros pontos do território brasileiro agitavam-se os elementos nacionalistas e revolucionários que trouxeram aos poucos a libertação política do país. Em São Paulo, nenhum eco encontraram na população subjugada e submissa. Os diversos movimentos de revolta contra o poder português, como o da inconfidência mineira, o de João de Deus na Bahia e o da revolução pernambucana de 1817, não encontraram nem adesão nem simpatia no paulista degenerado [...] Dessa vergonhosa e cega atitude de passividade satisfeita e humilde diante do poder dominante, salvou a honra paulista José Bonifácio, a quem devemos a glória de não ser esquecido o nome de São Paulo na luta pela libertação do país - a ele, a mais dois ou três, e ao esplêndido ocaso dessa tarde de 7 de setembro de 1822.⁹⁴

Também aparece a temática da decadência do paulista, pela importância que adquire para o autor, em outros pontos da obra. Paulo Prado esclarece que além dos fatores responsáveis por esta decadência, a que já nos referimos acima, há outro importante motivo para tal degradação. É justamente no decadente século XVIII, com a maior presença da coroa portuguesa, e quando São Paulo se torna um centro abastecedor de alimentos para as regiões mineradoras, que ocorrem melhorias e aberturas de novos caminhos; assim, estreitava-se o isolamento do planalto paulista e o bandeirante transforma-se no pacífico agricultor.⁹⁵

⁹² PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. rev. e ampl. por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 159.

⁹³ Ibidem; p. 169.

⁹⁴ Ibidem; p. 172-173.

⁹⁵ Ibidem; p. 88-91.

Todas essas transformações resultaram em um maior contato com migrantes, imigrantes e com a máquina administrativa, seja a portuguesa ou a do Brasil independente. Com o advento da cultura cafeeira, as melhorias nas estradas se potencializam, o estado se torna importante economicamente e o destino de muitas pessoas. Para o autor, São Paulo recebe novos habitantes de diferentes locais, fator potencializado com o café e com a industrialização. O resultado é o sepultamento definitivo daquela velha raça bandeirante, já agonizante há muito tempo:

A aristocracia rural, que era o último reduto do tipo ancestral, degenera-se, extingue e se transforma no industrialismo cosmopolita, e sem o laço íntimo e profundo que liga ao solo - na sua vida social e na sua vida política -, estrangeira na própria terra, assiste inerte e desolada à formação de uma nova raça, que ainda não tem nome, e que será a do habitante do futuro São Paulo. A onda imigratória - imigrantes de outros países, imigrantes do próprio Brasil - imunda os campos e as colinas do planalto, que não mais protege a serra rude e hostil. A fartura e o bem-estar, chegado os tempos de hoje, imobilizaram o nomadismo do passado. Intoxicado pela própria riqueza, o paulista, no melting pot brasileiro, representará apenas a contribuição histórica e racial de um epígono prestes a desaparecer.⁹⁶

Salienta o autor, que dos tempos das bandeiras, ainda restava no paulista a ambição e também a expansão colonizadora, pois o desenvolvimento da cultura cafeeira foi responsável pela colonização do oeste e noroeste do Estado de São Paulo. Porém, aquele espírito de liberdade e insubmissão, tão presente na época do bandeirismo, desapareceu e como exposto acima, está praticamente exterminado, mudança ocorrida no decadente século XVIII e que agora, o desenvolvimento ocorrido no estado sepultava definitivamente. O paulista de hoje, nada mais é, do que um: “arrivista pacífico, que a tudo antepõe a paz submissa e o duvidoso enriquecimento.”⁹⁷

Assim, na interpretação de Paulo Prado, no momento em que a obra foi produzida, o progresso econômico se apresenta em uma situação oposta à questão moral. Na época do bandeirismo, ambas as questões progrediram juntas e atingem o auge com a descoberta do ouro. Porém, as descobertas auríferas levaram a um êxodo no planalto, e tanto os paulistas como São Paulo se enfraqueceram atingindo a penúria durante o correr do século XVIII. Infelizmente, pelas questões já esclarecidas, a recuperação econômica do século XIX, não levou à recuperação moral, e a decadência moral já iniciada naquele terrível século continua. Desta forma, a perspectiva é de desanimo e tristeza, pois o paulista antigo, assim como as

⁹⁶ PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. rev. e ampl. por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 90-91.

⁹⁷ Ibidem; p. 91.

antigas paisagens e o tão importante isolamento são fatos do passado. O sentimento é nostálgico: “Assim desapareceram também da nossa clássica paisagem serrana as altíssimas araucárias que, por onde corria o lento Anhembi, mostravam aos conquistadores a entrada do sertão. O Caminho do Mar é hoje uma estrada para automóveis.”⁹⁸

⁹⁸ PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. rev. e ampl. por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.92.

CAPÍTULO IV

A ABORDAGEM DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Sérgio Buarque nasceu em São Paulo, em 1902, em uma família sem ligações próximas à elite econômica e letrada da época. Durante considerável parte da vida, o autor não morou na cidade, e quando jovem se formou em ciências jurídicas e sociais pela antiga Universidade do Brasil RJ. Atuou primeiramente como jornalista, e em relação à história paulista, só começou a se interessar sobre o tema a partir da década de 1940. Pôde ampliar e conseguir apoio para pesquisas durante o período em que foi docente da USP entre 1956 e 1969 (deixou o cargo por se opor ao governo militar).

Selecionamos a obra *Caminhos e Fronteiras*, publicada em 1957, composta por ensaios publicados especialmente no jornal *Estado de São Paulo*. Sobre o teor do texto, podemos dizer que a obra representa o paulista como um produto híbrido, fruto da adaptação do português ao novo território, em que foi de suma importância a cultura indígena. Diferentemente das obras que já analisamos, a cultura indígena adquire importante valor na formação do paulista, considerado fruto de uma complexa troca entre ambas as culturas.

O movimento e a fronteira

Será exposta no presente capítulo uma interpretação da obra baseada no movimento, ou seja, a constante mobilidade da sociedade paulista colonial, e na fronteira, que para o autor, não significa uma simples linha física, e sim o encontro de duas culturas. Como resultado do movimento e da fronteira, temos a formação do paulista, fruto da miscigenação. Dotados de todos os conhecimentos e práticas necessárias para suas realizações, os portugueses e mamelucos necessitavam de uma constante mobilidade e da adoção de técnicas indígenas.

O primeiro capítulo da obra, denominado *Veredas de Pé Posto*, sintetiza de forma brilhante a necessidade dos sertanistas, sejam portugueses ou mamelucos, de absorverem o conhecimento indígena, tornando possível o sucesso das expedições. Desta forma, a locomoção dos adventícios pelo sertão, ocorreu através de caminhos indígenas, possuindo a vila de São Paulo, localização estratégica no planalto. Afirma o autor, que alguns documentos do século XVII, elucidam que a referida vila apresentava uma posição central de onde partiam

várias estradas indígenas, tanto para o sertão como para o litoral.⁹⁹

Em contato assíduo com a natureza e com o indígena, os sertanistas adquiriram um elevado senso de observação e orientação, fatores fundamentais para a vida nômade, principalmente no bandeirismo. Tais caminhos poderiam por um tempo permanecerem sem uso, adquirindo a expedição aspectos semelhantes à abertura de um novo caminho, tendo os participantes que cortar o mato crescido. Nestas situações, as tradicionais marcações indígenas, seja com pedaços de galhos cortados ou golpes de machado quando houvesse árvores no caminho, garantiam a certeza de que determinado local era uma vereda indígena.

Nos séculos XVI e XVII, período essencialmente relacionado ao bandeirismo em São Paulo, o autor explicita que os hábitos dos colonizadores foram muito semelhantes aos dos indígenas, tendo os nascidos na Europa, que mudarem seus hábitos. Neste sentido, o uso de calçados não foi comum nas expedições, tanto pelo preço, pois estava o planalto longe do contato dito civilizado e também pela pouca durabilidade, em virtude da existência de áreas encharcadas durante os trajetos. Assim, o colonizador, tanto o recém-chegado como o aqui já nascido, branco ou mameluco, foi forçado pelas condições impostas a viver de modo parecido com os indígenas, pelo menos enquanto estava no sertão:

Ainda aqui, bem apurado, é um aspecto da influência indígena que insiste em sobreviver em terra onde foram assíduas a comunicação e a mestiçagem com o gentio. Influência que viria animar, senão tornar possíveis as grandes empresas bandeirantes. [...] O retrocesso a condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e com o habitante da selva, é uma etapa necessária, nesse feliz processo de aclimação.¹⁰⁰

Em outro ponto da obra é desenvolvida a questão do armamento, e prosseguindo a perspectiva já iniciada, Sérgio Buarque afirma que provavelmente os paulistas utilizaram o arco e flecha, que apresentavam inúmeras vantagens.¹⁰¹ Primeiramente, o próprio clima úmido provocava falhas no funcionamento das escopetas e arcabuzes; já ao atirar, o barulho e a fumaça excessiva denunciavam o local onde se estava. Além disso, o processo de carregamento e disparo da arma europeia poderia permitir que as melhores oportunidades se perdessem, fator terrível, tanto na luta contra indígenas como na caça. Portanto, o arco e flecha sempre estariam presentes nas expedições, mesmo que houvesse as armas de fogo. Ganham as armas indígenas em agilidade e versatilidade, pois além de serem rápidas,

⁹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos Fronteiras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 15.

¹⁰⁰ Ibidem; p. 18.

¹⁰¹ Ibidem; p. 71-75.

apresentavam fácil produção.

Também na alimentação e no consumo de água, adotou-se um comportamento essencialmente indígena. O capítulo Samaritanas Do Sertão, relata a importância de plantas e árvores aos sertanistas, em locais onde não existissem rios e córregos. Dos vários exemplos citados, ressaltamos a importância do umbuzeiro, árvore típica das regiões nordeste e central, que apresenta grande quantidade de água em suas raízes. Na busca por água, o conhecimento, experiência e observação, também são essenciais, pois o precioso líquido poderia não estar na parte interior, mas no vaso natural que possuem os caraguatás, que funcionavam como um reservatório de água da chuva.¹⁰²

Na vida andeja pelo sertão, para garantir a sobrevivência, tiveram os paulistas muitas vezes que “acolher esses recursos e aceitar, em muitos casos, as mesmas técnicas e ardis inventados pelo gentio.”¹⁰³ Em momentos difíceis, a alimentação poderia consistir de “ingredientes” totalmente desprezados pela cultura europeia, entrando na lista emergencial cobras, sapos, ratos e raízes. Ressalta o autor, que muitos destes alimentos, acabaram tornando-se apreciados, sendo consumidos rotineiramente pela população. Exemplo importante é a içá, conhecida como formiga saúva, iguaria muito consumida até o século XIX, fato que causava estranheza em muitos que visitavam a cidade de São Paulo.¹⁰⁴

Expomos anteriormente, a adaptação dos portugueses às condições impostas pela natureza, processo no qual o conhecimento indígena extraído pelos colonizadores foi essencial. Porém, em relação à rude medicina praticada naqueles tempos, que ficou conhecida como “remédios de paulistas”¹⁰⁵, houve um amálgama de elementos europeus e indígenas, que se uniram a elementos já comuns nas duas culturas. Nesta discussão, presente no capítulo Botica da Natureza, é interessante a posição do autor em não desejar apenas definir qual aspecto se refere a cada cultura. Ocorreu neste quesito uma complexa troca cultural, capaz de gerar novos recursos:

Não faltam, finalmente, aspectos de nossa medicina rústica e caseira que dificilmente se poderiam filiar, seja a tradições européias, seja a hábitos indígenas. Aspectos surgidos mais provavelmente das próprias circunstâncias que presidiram ao amálgama desses hábitos e tradições. A soma de elementos díspares gerou muitas vezes produtos imprevistos e que em vão procuraríamos na cultura dos invasores ou na dos vários grupos indígenas.¹⁰⁶

¹⁰² HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 43.

¹⁰³ Ibidem; p. 63.

¹⁰⁴ Ibidem; p. 64.

¹⁰⁵ Ibidem; p. 88.

¹⁰⁶ Ibidem; p. 91.

Um traço comum em ambas as culturas eram o uso de bezoares¹⁰⁷ para o tratamento de diversos problemas. Neste sentido, os portugueses, já familiarizados com esta prática, procuraram animais semelhantes aos existentes na Europa para a extração de pedras. Nesta prática, poderia ocorrer tanto a influência indígena, quanto a escolha por semelhança de determinado animal pelos colonizadores. Relata o autor, que em um processo analógico, as tão famosas pedras presentes no porco espinho, foram retiradas dos abundantes porcos do mato.¹⁰⁸

Também se fazia presente nesse processo, “a atração do fabuloso”¹⁰⁹, no qual animais muitos diferentes dos já vistos pelos portugueses e muitas vezes já valorizados pelos indígenas, adquiriram importância fundamental na medicina sertaneja. Exemplo fundamental é ave anhumã, “que possuía unicórnio frontal, os esporões das asas, os pés desproporcionalmente grandes, e o grito que segundo Anchieta, fazia pensar num burro zurrando.”¹¹⁰ A grande utilidade desta ave ia desde o combate ao mau-olhado ao tratamento de picada de cobra, aproveitando-se até os ossos.

Na anhumã, assim como em outros animais ou plantas, poderiam estar tanto a cura para determinada doença como a prevenção ou proteção para diversos males ou azares. É a medicina unida ao sobrenatural, muitas vezes representada na forma de amuletos. Assim, os dentes de jacaré, que para os indígenas serviam contra entidades funestas, também são usados pelos paulistas, porém, para estes, tal amuleto encontra: “equivalente nas teorias sobre o papel nocivo que pode representar o ar ... - ar de estupor, ar de perlesia, ramos de ar, corrupção de ar ... - tão generalizada na velha medicina.”¹¹¹ A conclusão é que a formação desta medicina sertaneja foi complexa, envolvendo mudanças e ampliação de significados, não apenas um simples “depósito” de novos elementos. Foi neste quesito que o português pôde melhor contribuir:

Para a mentalidade de muitos dos nossos roceiros de hoje tem aplicação terapêutica ou servem de amuletos, praticamente, todas as partes do corpo dos animais selvagens, que não possam servir para a alimentação ou manufatura de couros: os chifres, os dentes, as unhas, os ossos, os cascos, as couraças, as gorduras. Há indícios de que mais de um desses medicamentos já seriam utilizados pelos adventícios. Mas são dignos de interesse, por outro lado, os processos de racionalização e assimilação a que o europeu sujeitou muito de tais elementos, dando-lhes novos significados e novo encadeamento lógico, mais em harmonia com seus sentimentos e seus padrões de conduta tradicional.¹¹²

¹⁰⁷ Bezoar é uma pedra encontrada no sistema gastrointestinal de diversos animais.

¹⁰⁸ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p.91.

¹⁰⁹ Ibidem; p. 97.

¹¹⁰ Ibidem; p. 96.

¹¹¹ Ibidem; p. 92.

¹¹² Ibidem; p. 92.

A família bandeirante

Vimos anteriormente, que a sobrevivência no planalto e principalmente durante as passagens pelo sertão, exigiu uma adaptação ao meio, fator resultante na adoção de hábitos e práticas indígenas. Neste sentido, o paulista significou a formação de uma cultura híbrida, com elementos ibéricos e indígenas, prevalecendo muitas vezes aspectos dos que aqui já habitavam. A considerável diminuição do bandeirismo a partir dos descobrimentos auríferos ao final do século XVII e as transformações ocorridas com o surto minerador, resultaram em outro formato pelo qual os habitantes do planalto exerceram uma de suas principais características: a mobilidade.

Para o autor, o século XVIII, período no qual o bandeirismo entra em total decadência, propiciou novas atividades aos paulistas, assim, atenção especial é atribuída para as monções e em menor grau para o tropeirismo. Ambas as ocupações promoveram profundas transformações mentais, entretanto, tanto o tropeiro como o monçoeiro, continuam fortemente ligados ao bandeirismo. Para Sérgio Buarque, os dois fazem parte do que ele denomina de família bandeirante.

Em relação ao tropeirismo, o responsável pela temática é o pequeno capítulo Do Peão ao Tropeiro. Inicialmente, o autor relembra uma importante característica do bandeirismo, que foi a marcha a pé, pois os caminhos indígenas, pouco foram melhorados e seu estado muitas vezes acidentado não permitia o uso de cavalos. Com o surto minerador há um desenvolvimento nos caminhos, permitindo o uso de cavalos ou mulas, que também passam a substituir a mão de obra indígena no carregamento da produção agrária do planalto.

No ano de 1730, ocorre a abertura de um caminho ligando Curitiba a áreas criadoras desses animais, territórios então pertencentes à Espanha. Desta forma, iniciou-se um grande afluxo desses animais ao planalto paulista, que em seguida, importante parcela, essencialmente de muares, abasteceriam as necessidades da futura Minas Gerais. Pela localização estratégica no meio do caminho entre o Sul e a região mineradora, Sorocaba se torna o ponto de importantes feiras de animais; ressalta o autor que muitos vão se dedicar a esse negócio, realizando o exaustivo trajeto de Viamão a Sorocaba.

Deste modo, o bandeirante, que durante os séculos XVI e especialmente o XVII adentrava ao sertão em busca de indígenas para o trabalho no cultivo de gêneros alimentícios, no século XVIII, tem como uma das opções se dedicar ao comércio de muares. Os difíceis trajetos eram realizados no lombo dos animais e não mais à moda indígena; ao se tornar

tropeiro, constatamos na análise do autor, que a prática do comércio começa a realizar uma transformação na mentalidade do paulista, na qual há o abandono de muitas características geradas anteriormente durante o bandeirismo. É o início de uma mentalidade burguesa que se fará mais firme no futuro cafeicultor:

Com as feiras de animais de Sorocaba, assinala-se, distintamente, uma significativa etapa na evolução da economia e também na sociedade paulista. Os grossos cabedais que nelas se apuram, tendem a suscitar uma nova mentalidade na população. O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou menos a fraude, encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora [...] Em um empreendimento muitas vezes aleatório, faz-se necessária certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa e popular. Tudo isso vai afetar diretamente uma sociedade ainda sujeita a hábitos de vida patriarcais e avessa no íntimo à mercancia, tanto quanto às artes mecânicas. Não haverá aqui, entre parêntese, uma das explicações possíveis para o fato de justamente São Paulo se ter adaptado, antes de outras regiões brasileiras, a certos padrões do moderno capitalismo? ¹¹³

Entretanto, Sérgio Buarque afirma que nesta transição para o capitalismo, na qual também se inclui nesta perspectiva como veremos adiante as monções, ainda sobrevivem hábitos totalmente avessos ao modo de vida capitalista burguês. Exemplo marcante pode ser encontrado no dito acordo comercial verbal, representado pela troca de fio de barba; além da impessoalidade, se encontra ausente neste momento o “ascetismo racionalizante, que parece inseparável do ideal burguês ao menos em suas origens.” ¹¹⁴ Portanto, temos nesta sociedade pré-burguesa, a convivência de valores antigos e capitalistas e, além disso, apesar de melhorias no padrão de vida, o paulista ainda continua numa vida aventureira, de grande mobilidade e perigos, fatores que ainda o tornam um bandeirante:

O amor ao luxo e aos prazeres domina, em pouco tempo, êsses indivíduos rústicos, que ajazam suas cavalgaduras com ricos arreios de metal precioso ou que timbram em gastar fortunas nos cabarés, nos jogos, nos teatros. Sorocaba vive mais intensamente nos tempos de feira do que muita capital da província. [...] A ostentação de capacidade financeira vale aqui quase por uma demonstração de força física. Ao menos nisto, e também na aptidão para enfrentar uma vida cheia de riscos e rigores, o tropeiro ainda pertence à família bandeirante. ¹¹⁵

¹¹³ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos Fronteiras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 158.

¹¹⁴ Ibidem; p. 159.

¹¹⁵ Ibidem; p. 159.

No capítulo Frotas de Comércio, o autor se dedica a analisar o abastecimento de diversos itens, desde alimentos, artigos domésticos e ferramentas, realizado por paulistas para a região mineradora no Mato Grosso. Como salienta o autor, a grande quantidade de interessados nas explorações auríferas, também atingiam a região pela via fluvial, sendo essas as monções de povoado. A primeira descoberta aurífera na região ocorreu em 1718, por Pascoal Moreira Cabral, que penetrou a longínqua região em busca de indígenas. Já no ano seguinte, portanto antes do tropeirismo, iniciam-se as monções, que perdurariam até o século posterior. Pelo seu caráter móvel e os inúmeros perigos do trajeto, os monçoeiros são herdeiros dos bandeirantes: “as monções se entroncam na história das bandeiras, e passam a constituir, de certo modo, seu prolongamento.”¹¹⁶

Em Portugal, a palavra monções tinha seu significado relacionado ao regime dos ventos, fator condicionante para a saída das caravelas. Portanto, o conceito sugerido pelo termo, se refere à regularidade impostas por fatores naturais, porém, nas monções paulistas, a regularidade regia-se pelo regime das águas. A maioria preferia a época em que os rios estavam cheios, fator que tornava a navegação menos difícil; já o tempo para chegar a Cuiabá, não era menor que cinco meses, assim, relembra Sérgio Buarque, que a viagem era mais longa que de Portugal ao Rio de Janeiro.¹¹⁷

Já em seus primeiros anos, inicia-se o que o autor denomina de um importante efeito disciplinador nos participantes destas expedições fluviais. Deste modo, na década de 1720, se estabelece uma rota mais usual e também um local estratégico para abastecimento, que foi a fazenda de Camapoã, localizada na metade do percurso. Além disso, de forma gradual, convencionou-se a formação de expedições grandes e acompanhadas de tropas oficiais. Assim, aquele caráter rude, herança do bandeirismo, vai sendo moldado por novas circunstâncias:

É inevitável pensar que as longas jornadas fluviais tiveram uma ação disciplinadora de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens. A própria exigüidade das canoas das monções já era um modo de se organizar o tumulto, de se estimular a boa harmonia ou, ao menos, a momentânea conformidade das aspirações em choque.¹¹⁸

A produção das canoas e a prática da navegação estavam em total consonância com as técnicas indígenas, entretanto realizaram-se adaptações e melhoramentos próprios do mundo

¹¹⁶ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 161.

¹¹⁷ Ibidem; p. 163.

¹¹⁸ Ibidem; p. 161.

ocidental. Com o objetivo de tornar a viagens menos trágicas, visto que em 1720 não há informações de pessoas que chegaram ao destino final, inicia-se em período exato desconhecido, o toldar das canoas. Já entre 1720 e 1725, adota-se o uso de mosquiteiro, mudanças que puderam elevar consideravelmente a qualidade da navegação e tornar a viagem mais tranquila.¹¹⁹ Assim, podemos notar, que diferentemente do bandeirismo, no qual ao exercer sua função teve o sertanista que se adaptar totalmente ao modo de vida indígena; no século XVIII, puderam os paulistas inserir técnicas ocidentais em suas jornadas. Ocorre um grande progresso e a perspectiva do autor é otimista.

Sérgio Buarque ainda demonstra a importância destas expedições fluviais para a atual configuração do território nacional, pois “as monções puderam corroborar de modo admirável a obra iniciada pelas bandeiras, assegurando-nos a posse tranqüila de uma área de milhões de metros quadrados.”¹²⁰ O processo, que foi iniciado através das descobertas auríferas no Mato Grosso se expandiu, e os moradores de Cuiabá, após atingirem a estabilidade, realizaram novas descobertas minerais na região amazônica, fator responsável pela criação de outra linha de comércio para as expedições.

A discussão destes dois capítulos da obra *Caminhos e Fronteiras*, que na presente monografia denominamos de Família bandeirante, contemplam o enigmático, e para muitos o trágico século XVIII na história paulista como um período de transição. Essa transição, que para o autor desembocará no fazendeiro exportador de café, teve como ponto principal a superação do estilo de vida rude dos bandeirantes, ocorrendo a adoção de costumes e técnicas ocidentais, junto à crescente importância do comércio, ocupação principal de monçoeiros e tropeiros. Se pelos riscos enfrentados, estes poderiam ser considerados parte da família bandeirante, o paulista do momento, ainda apresentava ao menos uma das características dos antigos bandeirantes:

As monções representam, em realidade, uma das expressões nítidas daquela força expansiva que parece ter sido uma constante histórica da gente paulista e que se revelara, mais remotamente, nas bandeiras. Fôrça que depois impeliu pelos caminhos do sul os tropeiros de gado, e que, já em nossos dias, iria determinar o avanço progressivo da civilização do café. Tomadas no seu conjunto, o historiador de hoje poderia talvez reconhecer, nessas formas, uma só constelação.¹²¹

¹¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 170-171.

¹²⁰ Ibidem; p. 179.

¹²¹ Ibidem; p. 160.

Conclusão

Há, pelo menos, uma semelhança entre os três autores analisados, que é a grande especificidade atribuída aos paulistas em relação aos outros habitantes do país. É na expansão para o interior do território que estariam as preocupações dos habitantes de São Paulo, e não no litoral, onde se vivia apenas objetivando o comércio com a Europa. Em Alfredo Ellis Jr e Paulo Prado, é que se encontram grandes semelhanças, tendo em vista que ambos foram sócios do Instituto Histórico e Geográfico Paulista, ambiente no qual se delineou a construção heroica do bandeirante.

Os dois enxergam o bandeirante com contornos heroicos, responsáveis pelo alargamento territorial e possuidores de um precoce sentimento “nacionalista por São Paulo”, personificado na oposição às ordens portuguesas. Também seriam os paulistas, fruto da miscigenação entre europeus (especialmente portugueses) e indígenas tupi, a qual teria sido responsável pelo surgimento de uma sub-raça eugênica, ou seja, com características positivas de ambos os lados, preponderando com mais força as características dos portugueses.

Grandes diferenças ocorrem na questão relativa ao declínio do bandeirismo durante o século XVIII. Nesse processo, Alfredo Ellis reconhece a decadência política e econômica de São Paulo, porém enxerga este período como o início da suplantação do comunitarismo pelo particularismo, fator necessário para a evolução racial e o sucesso proporcionado pelo cultivo do café. Perdeu-se infelizmente a belicosidade, porém continuava com a energia e a resignação, qualidades herdadas dos primeiros povoadores da capitania. As perspectivas em relação ao futuro são otimistas e baseadas nesta suposta capacidade da raça paulista em superar adversidades.

Para Paulo Prado, o século XVIII, atinge contornos de uma verdadeira tragédia. Neste século de crise para a capitania, teria o temperamento paulista, juntamente com São Paulo, entrado em decadência. O paulista, antes insubmisso às ordens vindas de fora e de agir independente, torna-se submisso e subserviente a governos que não lhe representam. Esta decadência moral continuava no momento em que a obra foi escrita, e para o autor, não há perspectivas de melhoras devido ao isolamento do planalto, que começou a ser interrompido no século XVIII, com as melhorias nos caminhos. Perdera-se o isolamento, que tanto protegia de novos contatos. Assim, podemos afirmar que é, neste ponto, o paulista decadente, que encontramos uma interpretação não alinhada do autor com o pensamento da elite aglutinada no IHGSP (Instituto Histórico e Geográfico Paulista), que enxergava o momento atual com grande euforia.

Já a obra *Caminhos e Fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda (autor não relacionado à elite intelectual paulista), publicada na década de 1950, período que as publicações heroicas sobre o bandeirismo não estavam no auge, apresenta uma visão diferente acerca da formação do paulista. Apesar de também valorizar a miscigenação ocorrida no planalto, o autor centra sua análise nas trocas culturais e na adaptação que os portugueses realizaram para garantir a sobrevivência em uma região totalmente diferente da Europa.

No século XVIII, apesar da decadência política e econômica da capitania, a perspectiva é de progresso, pois com o fim do bandeirismo, os paulistas se ocupam com as monções e o tropeirismo, que propiciaram melhorias e adaptações ocidentais durante as viagens. Além disso, a mentalidade do paulista evolui, e o comércio praticado nestas ocupações preparou e moldou a antiga rudeza sertanista para a cultura cafeeira e o advento do capitalismo. É a constante mobilidade do colonizador que o leva à fronteira entre culturas, na qual há uma importante interação, capaz de gerar um produto híbrido, representado pelo mameluco. Diferentemente das outras obras analisadas, o autor atribui importância ao indígena e sua cultura, não sendo ambos apenas coadjuvantes:

Em São Paulo, cuja população, particularmente a população masculina, se distinguiu durante todo o período por uma excessiva mobilidade, a mistura étnica e também a aculturação, resultante do convívio assíduo e obrigatório, seja durante as entradas seja nos sítios de roça, deram ao indígena um papel que será impossível disfarçar.¹²²

Assim, a importância da influência indígena, que fez do sertanista um colonizador com características mais próximas dos nativos do que dos europeus, foi imprescindível e marcante ao longo do bandeirismo. Durante os outros processos (tropeirismo e monções), ocorre a introdução de técnicas européias e inicia-se o desprendimento daquela mentalidade rude. Deste modo, o paulista do século XX, simbolizado pelo produtor de café, somente preserva dos tempos iniciais a mobilidade e a força expansiva.

Podemos através de dois exemplos citados pelo autor, associar o desenvolvimento e progresso alcançado tanto pelo estado como pelos paulistas. Primeiramente, o antigo hábito de comerciar formigas saúvas no centro da capital, fato que causava estranheza em pessoas de outras regiões, não sobreviveu ao século XIX. Já as antigas e rudimentares veredas indígenas, tiveram seus traçados seguidos de forma original por muitas estradas de ferro.

¹²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 68.

É justamente com a cultura cafeeira, que ocorre a modernização do estado, e o antigo hábito citado acima desaparece das ruas da capital, representando a modernização da cidade. Também simbolizou essa nova perspectiva, as estradas de ferro, construídas sobre os antigos caminhos percorridos por indígenas e sertanistas, levando o progresso e abertura de novas áreas produtoras. Desta forma, a vocação expansiva e certa mobilidade permanecem como características do paulista, entretanto, em oposição aos velhos habitantes da antiga capitania, este se encontra mais próximo ao cosmopolitismo burguês que ao rude modo de vida indígena.

REFERÊNCIAS

FONTES

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro Americano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

PRADO, Paulo. **Paulística etc**. 4ª ed. rev. e ampl. por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BIBLOGRAFIA

ABUD, Kátia. **O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições** (A Construção de Um Símbolo Paulista: O Bandeirante). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1985.

CAMPOS, Maria José. Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”: uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 140-155, dezembro/fevereiro 2005-2006.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13489/15307>.

CARVALHO, Maria Lúcia Leitão de; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. Rio Grande do Sul e São Paulo no federalismo fiscal brasileiro da Primeira República. **Ensaio FEE**, v. 21, n. 1, 2000. Disponível em: <http://revistas.fee.tcche.br/index.php/ensaios/issue/view/107>.

FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopeia Bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. A Marcha para o Oeste na Expedição Roncador- Xingú. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – AMPUH. São Paulo, Julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890981_ARQUIVO_MarchaparaOeste.pdf

MAHL, Marcelo Lapuente. **Teorias Raciais e Interpretação Histórica**: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). Tese de Mestrado. Assis: UNESP, 2001.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. A Rochela do Brasil: São Paulo e a Aclamação de Amador Bueno como Espelho da Realeza Portuguesa. **Revista de História**. São Paulo, n. 141, p.21-44, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18881/20944>

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. O Estado Novo e a Marcha para o Oeste. **História Revista**, v. 2, n. 1, p. 113-129, jan/jun, 1997. p.118. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/17483/10430>

QEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. **Revista USP**, São Paulo, n. 13, 1992. p. 81. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1880/showToc>.

RAMOS, Plínio de Abreu. Partido Democrático de São Paulo (PD). **CPDOC FGV**. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20DEMOCR%C3%81TICO%20DE%20S%C3%83O%20PAULO%20\(PD\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20DEMOCR%C3%81TICO%20DE%20S%C3%83O%20PAULO%20(PD).pdf)